

SUOR AMARGO
um estudo sobre o
trabalho da criança

Marly Elizabeth Rodrigues

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Curso de Pós-
Graduação em Antropologia do
Departamento de Ciências
Sociais da Universidade de
Brasília.

Brasília, novembro de 1979

Para Jupyra,

minha mãe.

Ao Celso Idney,

cujo o apoio
proporcionou-me tranquilidade
e dedicação para chegar ao
término do curso.

AGRADECIMENTOS

A Mireya Soares Soares, orientadora amiga, a quem devo o maior interesse e colaboração na execução desta tese. A ela também agradeço a discussão sobre meus trabalhos e aprendizado durante o Curso.

Aos professores do Departamento de Ciências Súcias: Daniel E. Gross, Klaas A. A. Woortmann, Gentil Martins Dias, Vilma Figueiredo, Kenneth I. Taylor, David Fleisher, Roque de Barros Laraia, Roberto Cardosos de Oliveira.

Para Nilton Claro Costa e Rosa Venina M. Cordeiro, que, com muita atenção, trataram de meus interesses junto a administração da Universidade de Brasília – UnB.

À Luciana Jaccoud, Eduardo Quirino do Nascimento e Eneida Correia de Assis, que me auxiliaram na aplicação do questionário da pesquisa na população do Paranoá.

Aos colegas: Helena Sandoval Miranda, Yara Maria Brum Penteado, Ana Maria Beck, Mary Alegretti Zanoni, Simone Dantas Carneiro, Jane Felipe Beltrão, Roberto rocha leal, Ana Quiroga Fausto Netto, Ana Maria Costa, pela convivência e cooperação nas atividades durante o curso.

Aos amigos de trabalho, Luzinete da cunha Leal, Adalberto Luiz Novais, Israel Quirino do Nascimento, Oswaldo Soares de Carvalho, Gloria Rodrigues dos Santos, Maria da Conceição Silva Neiva, Maria do Carmo Menezes, José de Jesus Moraes Rêgo, Antônio Fernando O. Andrade Pereira, Maria Ângela Assis Rodrigues,

Paulo Rodrigues da Silva, que de diversas formas colaboraram para a realização deste estudo.

Para José Otamar de Carvalho, Francisco de Assis Vilhena Dolabella, Isaias Golgher e Domingos da Silva Gandra pelo estímulo e colaboração recebidos em diversas fases da execução deste trabalho.

Ao Professor Roberto Cavalcante de Albuquerque pelo apoio que me possibilitou a realização da pesquisa.

A Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (CAPES) pela bolsa de estudos e a fundação Ford pelo auxílio financeiro para a parte inicial da pesquisa.

Para a população da vila Paranoá que me permitiu “entrar em seu mundo”.

Não obstante ter recebido todo esse apoio, na verdade decisivo para a conclusão do trabalho, os conceitos aqui emitidos dão de inteira responsabilidades da autora.

RESUMO

Esta tese aborda o problema do trabalho das crianças entre famílias pobres, que migraram para Brasília e que moram na favela do Paranoá. O estudo é conduzido através de dois níveis de análise: as condições objetivas que propiciam o trabalho da criança e as representações dos grupos familiares a respeito do mesmo.

A autora, no primeiro capítulo, descreve as condições sócio-econômicas da população estudada; no segundo capítulo, analisa a posição que as famílias ocupam na estrutura social e a forma como os indivíduos representam essa posição e o seu trabalho; no terceiro capítulo, trata da prática produtiva das crianças, onde examina também tanto as condições objetivas dessa prática quanto a maneira de representá-la.

Considera, finalmente que o trabalho da criança explica-se como um recurso de sobrevivência, dadas as grandes dificuldades de vida das famílias estudadas (nível objetivo), assim como por razões de ordem cultural (nível subjetivo) onde o trabalho é desejável em si mesmo. Observa que há necessidade de se rever, à luz da observação participante, as teses que enfatizam a ideia da desestruturação da família proletária e o trabalho da criança como resultado dessa desestruturação. Sugere, ainda, que o trabalho da criança deve ser visto como uma expressão do alto grau de solidariedade do grupo doméstico.

SUMMARY

Author: Marly Elizabeth Rodrigues

Title: "THE BITTER SWEAT"- A STUDY OF CHILD LABOUR.

This thesis deals with the problem of child labor among lower-income families, who migrated to Brasilia and live in the shanty-town of Paranoa. The study is carried out on two levels of analysis: on the one hand, the objective conditions which encourage child labour and, on the other. The families' conceptualization of such work.

In the chapter, the author describes the socio-economic conditions of the group under study; in the second chapter, the positions these families occupy in the social structure is analysed as is the way in which these families perceive of this position and of their work; the third chapter discusses child labour and examines the objective conditions as well as the conceptualization of such Work.

It can be said, in conclusion, that given the great economic difficulties of the families under study (objective level) and also in view of the cultural reasons (subjective level) which value work in itself as a desirable activity, child labour can be considered as a resource of survival. It is, thus, necessary to challenge the idea of the atomization of the proletarian family and to revise the view that child labour is a direct result of the breaking-up of the family. On the contrary, child labour must be considered as an expression of the high degree of solidarity existing in the household.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	19
CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO ESTUDADA	19
A – Local da Pesquisa.....	19
B – Origem e Procedência dos Chefes de Família	22
C – Composição do Grupo Familiar pelo Trabalho da Criança	23
Grupo I.....	27
Grupo II	27
- há uma maior proporção de famílias mais numerosas	27
- há uma maior proporção de famílias pequenas	27
- há uma maior proporção de crianças de idade mais avançada.....	27
- há uma maior proporção de crianças de menos idade.....	27
- tem-se mais meninos, proporcionalmente	27
- tem-se mais meninas, proporcionalmente	27
- menos meninas trabalham com relação aos meninos.....	27
D – Composição da Renda Familiar.....	27
E – Recursos de Sobrevivência	32
CAPÍTULO II	35
CLASSE, EDUCAÇÃO E TRABALHO	35
A – Posição Sócio-Econômica da População Estudada.....	35
B – Forma de Representar a Própria Posição Social	38
C – Representação do Trabalho	43
CAPÍTULO III	51
A PRÁTICA PRODUTIVA DAS CRIANÇA	51
A – Atividades Desenvolvidas pelas Crianças.....	51
B – Condições Objetivas que Favorecem o Trabalho das Crianças	57
C – O Nível Cultural.....	62
1. Representação Social da Criança	62
2. Representação do Trabalho da Criança.....	69
CONCLUSÕES	77
ANEXOS	80
BIBLIOGRAFIA	93

“... deve trabalhar in desde que ele completa 7 anos. Se arrumasse um serviço competente para ele trabalhar mesmo que não completasse 7 anos. O trabalho precisa tanto pra dentro de casa, pra ajudar, quanto pra desenvolver o menino também, porque o menino que está acostumado a trabalhar desenvolve bem mais do que o ficar atoa. O trabalho é um tipo de manter quase dum alimento. A gente ter um suor margo no corpo e ele trabalhando, suando aquele suor amargo, joga aquele suor fora e desenvolve mais.... uma pessoa que não trabalha , não faz nada, tem pouca possibilidade de viver – vive muito mais pouco. A senhora tira mesmo por esse povo velho da roça.... trabalhava de sol a sol e nunca sentiu nada – é mesmo do começo do trabalho de pequeno, já desenvolveu com aquele trabalho.”

(de um informante da vila Paranoá)

INTRODUÇÃO

“Antes de completar 18 anos a gente acha que é criança, a gente não confia, tem de estar de perto...”

Nesta tese aborda-se o problema do trabalho de crianças entre família pobres, que migraram para Brasília, a partir da construção desta cidade até o momento e que moram na vila Paranoá.

O estudo é conduzido através de dois níveis de análise: 1) as condições objetivas que propiciam o trabalho da criança; e 2) as representações do grupo familiar a respeito do mesmo.

A tese divide-se em três capítulos:

- no primeiro, descreve-se as condições sócio-econômicas da população estudada, enfatizando-se sua origem e procedência, a composição do grupo familiar e da renda familiar e os recursos mobilizados para garantir a sobrevivência;

- no segundo, analisa-se, brevemente, a posição social da população estudada e a maneira como os indivíduos representam sua própria posição social e o seu trabalho;

- no terceiro, estuda-se a prática produtiva das crianças em que se examina, também, tanto as condições objetivas desta prática, quanto a maneira de representá-la.

O lugar da pesquisa foi a Vila Paranoá, localizada cerca de um quilômetro da barragem do Lago Paranoá. Desse modo, essa população de baixíssimo “status” sócio-econômico reside entre o Setor de Habitação Individuais Sul e o Setor de Mansões do Lago Paranoá. Esta posição favorece para que algumas crianças con-

sigam trabalho nas redondezas como lavadores de carro, jardineiros e outros serviços oferecidos pela classe média e alta.

Seria apropriado considerar essa Vila uma favela, pois se trata de uma “invasão” de área urbana, por pessoas de baixíssima renda, que constroem suas habitações toscamente, e onde vivem sem as mínimas condições sanitárias e de higiene. Porém, a sua população nunca se refere ao lugar como uma favela e sim como a cidade ou a vila. Não só o termo não é utilizado na linguagem cotidiana como também a noção de favela está ausente como categoria significativa. Consequentemente, o local é referido neste trabalho como vila.

As técnicas de coleta de dados foram a aplicação de questionário, a condução de entrevistas semi-estruturadas e a observação participante.

Antes de iniciarmos a pesquisa propriamente dita, procuramos um contato com pessoas residentes no Paranoá para uma conversa o mais informal possível. Para tanto, entrávamos nos bares, armazéns e vendas para compra de alguns dos problemas da Vila, das lideranças existentes, etc, assim como explicávamos, o trabalho que iríamos desenvolver. A receptividade era a melhor possível e, deve-se ressaltar, havia a preocupação em saber o que pretendíamos traria algum benefício à população. Explicávamos que não e mesmo assim essas pessoas diziam estar satisfeitas porque outros “de fora” ficariam sabendo, pelo menos, o que se passava ali e isso era importante. Procuramos as igrejas locais, por serem ponto reunião, solicitando aos seus dirigentes que anunciassem o nosso trabalho e a necessidade da colaboração de todos. Gradativamente, a nossa presença se fazia sentir e ganhávamos a confiança de pessoas que já não nos confundiam com funcionários do governo cujas atividades serviam, segundo elas, aos propósitos de “acabar com a Vila”.

Consideramos ter sido relevante para isso, ainda, o tempo que levamos para fazer o trabalho, como também o fato de irmos ao lugar apenas nos fins de semana. Os primeiros contatos tiveram início no mês de janeiro. O pré-teste foi realizado em fevereiro. Continuamos indo ao local num intervalo de 2 meses, até a aplicação do questionário, em maio, junho e julho. Em setembro, encerramos a pesquisa com as entrevistas.

A população estimada é de aproximadamente mil famílias, que tendem a se juntar em diferentes pontos do local de acordo com o tempo que têm de residência e pelo lugar de origem. Assim, para aplicar o questionário¹ tentou-se abranger famílias residentes nos diferentes pontos da vila, com o objetivo de se conseguir informações de pessoas vindas de diversas regiões do país, em diferentes momentos do tempo. Foi aplicado a 124 Famílias com vistas a obter dados sobre os tipos de trabalho exercidos pelas crianças, a composição da renda auferida, mensalmente, pelo grupo familiar e outros fatores considerados relevantes para descrever as condições de vida.

Procurávamos não demonstrar pressa quando da aproximação com as famílias a serem estudadas. Após explicar os nossos objetivos, conversávamos sobre diferentes coisas, dependendo do caso deixando as pessoas à vontade para perguntarem o que desejavam saber a nosso respeito, assim como nos preocupávamos em dar-lhes atenção quanto aos problemas locais ou pessoais que nos contavam. Após sentir um ambiente mais descontraído, iniciávamos as perguntas do questionário, mas sempre que faziam interrupções para falar de outros assuntos também lhe dávamos a consideração requerida.

¹ O questionário consta dos Anexos.

Numa segunda etapa, após classificação dos grupos familiares de acordo com certas características incluídas no questionário, selecionamos um segundo grupo a ser observado mais profundamente, por meio de entrevistas qualitativas que nos possibilitassem uma análise de suas expressões culturais. O grupo compõe-se de 28 unidades familiares e as informações obtidas dizem respeito a valores e formas de representação.

Esse momento da pesquisa exigiu menos cuidados uma vez que já éramos conhecidos dessas famílias. Porém, como o assunto versava basicamente sobre o trabalho das crianças, eram necessárias as explicações sobre o porquê das entrevistas e também sobre a utilização de gravador, de modo a diminuir os efeitos inibidores que se esse instrumento poderia provocar. Apesar do roteiro de questões a serem respondidas, iniciávamos uma conversa informal. Tocando em alguns aspectos contidos nos questionários aplicados anteriormente, pois esses nos davam os dados referentes às crianças que trabalhavam ou não de modo a auferir rendimentos, idade, tipo de atividade exercida, se o caso. Os roteiros das entrevistas constaram dos seguintes itens, sendo que o 1º foi pensado para os adultos e o 2º para as crianças que pudessem estar em casa no momento da entrevista:

Roteiro I (para adultos)

- por que as crianças trabalham (ou não trabalham)
- com que idade as crianças devem começar a trabalhar e por que;
- se o trabalho é compatível (ou não) com os estudos

Roteiro II (para crianças)

- o que a criança acha do trabalho
- por que é bom (ou não) trabalhar
- em que gostaria de trabalhar

Devemos explicar que esses foram os itens básicos, mas as perguntas eram feitas de modo diverso, de acordo com o andamento da entrevista. Na medida em que julgávamos importantes aspectos ressaltados pelos informantes, procurávamos explorá-los. Entrevistamos algumas crianças, porém a maior dificuldade encontrada era a sala inibição, pois éramos “estranhos”. Outra dificuldade, na maioria dos casos, decorria da presença de adultos, que se apressavam em responder as perguntas pelas crianças e também essa presença concorria para inibi-las ainda mais.

A seguir, esclarecemos a maneira como são usados nesta dissertação alguns conceitos básicos, a saber, representação, família e criança.

O conjunto da vida em sociedade é configurado por modelos culturais, que envolvem uma ordenação de valores, padrões, crenças, dando sentido aos fatos sociais. Esses elementos são interiorizados pelos indivíduos, e grupos, por meio de processo de socialização e, assim, vão se ajustando à sociedade. Tal ajustamento se faz através de categorias, que compreendem os conceitos gerais para a abordagem da vida social.

Diante de um fato social, o indivíduo identifica (classificada) tal situação, mediante as imagens (representações) que internalizou no decorrer de sua vivência.

Durkheim foi quem, inicialmente, utilizou o termo “representação coletiva”. Ao tratar da especificidade do processo sociológico diz que a “vida coletiva, como a vida mental do indivíduo, é feita de representações; é, pois, presumível que representações individuais e representações sociais sejam, de certa forma, comparáveis... ambas mantêm a mesma relação com o respectivo substrato” (in s/d:13). Porém, isso não reduz os níveis individual e social de um. O autor coloca em relevo que os fatos sociais independem dos indivíduos e são exteriores às consciências

individuais, em certo sentido. O substrato social formado pela união de indivíduos é a base da vida social e as “representações que são a trama dessa vida, originam-se das relações que se estabelecem entre os indivíduos assim combinados ou entre os grupos secundários que se intercalam entre o indivíduo e são exteriores a esses, não estando a nível da “consciência”. Isto significa que as ações sociais além dos aspectos explícitos e conscientes apresentam dimensões dissimuladas e inconscientes (em passant, Rodrigues 1979: 40) e o fenômeno das representações define-se a nível da “inconsciência”.

Cabe ressaltar que as representações são tratadas, por alguns autores, com sendo ideologias. Um exemplo nos é dado por Maria Rosilene Barbosa Alvim, em *A Arte do ouro*, onde propõe “...fazer uma etnografia de uma prática econômica específica através das representações (ou ideologias) dos agentes que nela se inserem” (1979: 05) e, assim, o nível econômico seria apreendido através das categorias do universo do discurso do grupo pesquisado. Esse tipo de formulação dado às representações reflete muitas vezes uma proposta marxista na abordagem dos temas de estudo. Não acreditamos ser possível chegar às condições objetivas através das representações. O estudo das representações é significativo na medida em que são elas as que orientam a conduta grupal e reproduzem condições objetivas. Mesmo que as representações como as ideologias encontrem-se a nível das ideias, entretanto, elas se distinguem pelo caráter “inconsciente” e “assistemático” das representações.

Na ideologia alemã, Marx e Engels referem-se às ideologias como categorias conscientes que traduzem a “linguagem da vida real”. Frequentemente, entende-se que eles igualaram os conceitos de representação e ideologia. No entanto,

pensamos que consideraram a ideologia como a expressão das representações e, portanto, apenas que ambas se referem a um mesmo fenômeno:

“As representações aceitas por estes indivíduos são ideias quer sobre as suas relações com a natureza quer sobre as relações que estabelecem entre si ou quer sobre a sua própria natureza. É evidente que, em todos estes casos, tais representações constituem a expressão consciente (o grifo é nosso) – real ou imaginária – das suas relações e das suas atividades reais, da sua produção, do seu comércio, do seu (organização) comportamento político e social (s/d:25).”

Nesse processo, partindo das condições materiais de vida, determinadas historicamente, é que estão refletidos os elementos ideológicos. A ideologia, e as suas representações, está a nível da consciência e expressa-se mediante o condicionamento relativo ao desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais correspondentes a este desenvolvimento. Ela designa o conteúdo da consciência coletiva, sendo o conjunto de elementos (ideias, símbolos, etc.) no que concerne à figuração de uma ordem de valores, de uma visão do mundo² que vem a legitimar as formas de ação dos homens em sociedade (“práxis”). Tem, ainda, a função de ocultar as “contradições reais” da estrutura social.

É necessário então distinguir elementos básicos de diferenciação entre representação e ideologia, uma vez que aparentemente podem se confundir em um só fenômeno. Cardoso de Oliveira, em sua reflexão a respeito de ideologia e “representação coletiva” considera que se a “... ideologia é um discurso coerente, construído para eliminar contradições encontradas no sistema social, ela possui uma natureza sistêmica, integrada, capaz de conter um “saber” organizado (se bem que não-científico) para certos fins, seja eles econômicos, políticos, estéticos, etc. Nesse sentido, a ideologia pode ser consciente ou inconsciente – ainda que frequentemente seja inconsciente e “opaca aos agente” que vivenciam relações sociais que lhes deram origem e que a sustentam. Contrariamente, as “representações coletivas” são

² Veja-se Poulantzas (1971) e Gramsci (1978), quando tratam de ideologia.

sempre inconscientes, fracamente integradas e desprovidas daquele caráter sistémico inerente ao discurso ideológico”... (1976:40).

Tais referências se faziam necessárias para devido esclarecimento do sentido em que é utilizado, neste estudo, o termo representação. Este é tomado com referência à cultura, do modo inicialmente colocado, e como uma dimensão “inconsciente” da vida social, nos termos em que Durkheim trata a representação coletiva.

Já os conceitos de família e criação são utilizados de uma maneira eminentemente empírica, como conceitos operacionais.

Entende-se família sem maiores implicações enquanto as relações de parentesco. A família é vista, assim, como o grupo doméstico constituído por parentes e não-parentes que é a unidade de produção de renda e de consumo.

O conceito de criança, também operacional, responde essencialmente ao que o grupo que compõe a nossa unidade de observação entende como tal. O indivíduo é criança ou adulto, não havendo categoria intermediária. Se é “irresponsável”, dependente, etc. (o que será tratado posteriormente) é criança e a faixa de idade é variável: até 16 anos e na maioria dos casos até 18 anos.

CAPÍTULO I

CONDIÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA POPULAÇÃO ESTUDADA

“Se nós tivesse vindo pra Brasília antes era melhor...teria até arranjado lote. Agora tá difícil, nós veio tarde!”

A – Local da Pesquisa

A edificação de Brasília inerente à expansão da fronteira econômica, na década de 50, dentre outros fatores com vistas à ocupação efetiva do interior do país, veio servir como ponto de atração do “excedente” populacional de outras áreas do Brasil³. De início, ampla oferta de oportunidades de trabalho, com maiores salários às pessoas pouco qualificadas, centrava-se nas possibilidades geradas pelo dinamismo do setor de construção civil. Os migrantes, em sua maioria, são originários do Nordeste, região onde as disparidades inter-regionais e intra-regionais de renda são as mais acentuadas, por razões estruturais de ordem econômico-social, agravadas por problemas de ordem conjuntural, como os períodos de estiagem.

Concomitantemente ao aumento vertiginoso da população do Distrito Federal, as cidades satélites foram se configurando ao redor de Brasília, assim como favelas mesmo contra a orientação governamental na formação da nova capital brasileira. Dentro desse processo é que surge a Vila do Paranoá.

³ Por “excedente” populacional entende-se aqui mão-de-obra pouco qualificada não absorvida pelo mercado de trabalho nessas áreas.

O seu surgimento e formação teve duas etapas a serem consideradas: a instalação do “acampamento” para abrigar trabalhadores que recém chegavam ao local da nova capital e que vinculavam-se aos trabalhos de construção da barragem. Em 1960, o senhor José constrói o seu “barraco” numa elevação próxima ao referido acampamento e dá-se o início da “invasão” propriamente dita – a exemplo, outros vão levantando seus barracos também, conforme depoimento do pioneiro:

“Cheguei no Plano em 58 – vim ajuda a construir a barragem. Levantei o barraco em 60 e de lá prá cá começou a invasão. Dei nome à rua São Jorge (meu nome)... cada uma das ruas tem um ajudiz (são José, João pessoa, Silva). Eu, Luizinho, Severino, inaugurou a pista ele veio abraçando o povo. O pessoal que estava lá em baixo, na Vila Calango, veio para cá quando a água foi chegando. Tem muitos antigos e outros novatos aqui – muitos foram vendendo, outros tirando casinha da SHIS⁴...”

Uma considerável população vive ali precariamente, em moradias construídas com pedaços de madeira e outros materiais que possam ser aproveitados, sem as mínimas condições necessárias. Várias pessoas convivem em poucos e pequenos cômodos, havendo um número considerável de casos em que duas e três famílias habitam um mesmo “barraco”. É uma constante os comentários sobre a provável expulsão, simplesmente, ou remoção para local distante – desalojamento anunciado pelos agentes do Governo quando dos levantamentos ali realizados para cadastramento das famílias e quando da derrubada dos “barracos” erigidos recentemente ou melhoria-ampliação dos já existentes. Segundo o senhor Francisco:

“Eu vou arrumar o barraco eles vêm e não deixam; faz um alpendre eles derrubam – o fiscal é direto passando de lá para cá. A família vem crescendo eles não deixam fazer um cômodo (a TERRACAP), eles vêm e arrancam – tem de pedir ao Serviço Social pra fazer. A turma do acampamento não podem fazer”.

O depoimento de outro morador nos diz que:

“O vento veio e arrancou tudo. Eu tenho uma butiquizinha e eles queriam que eu forrasse – só levantando pra cima pode... mas fazer dois andares não pode. Tenho uma fiarada danada e não posso fazer um quartinho”.

⁴ Sociedade Habitacional de Interesse Social.

Observamos que a população local conta com um grupo escolar, onde funciona o 1º grau, até a 6ª série, um Jardim da Infância mantido pela Legislação Brasileira de Assistência (LBA), uma igreja católica, quatro templos de seitas protestantes (crentes), dois centros de umbanda, uma feira aos domingos (venda de roupas, verduras, uma feira aos domingos (venda de roupas, verduras, bijuterias, vasilhames) e um comércio local (armazéns, bares, vendas). Uma linha de ônibus regular pode ser utilizada pela população da favela.

Parte da vila é servida por luz elétrica, embora precariamente. Os moradores pagam à CEB o seu gasto mensal. Para a população parecer ser mais grave o problema de abastecimento d'água, tendo parte dela procurado solucionar a questão. Segundo outro depoimento:

“O problema da água, palhaçada que acontece aqui, no começo era da NOVACAP. Depois nos reunimos e compramos uma quota (uma bomba) para todos cooperar – alguns recusam e brigam porque a água passa na rua e não vai em casa. O cobrador vem, mas eles pagam a água nas torneiras – aí corta a luz e acaba a água. Nós da invasão tem que rebolar para arrumar o dinheiro. Aí uns fazem uma vaquinha – quem pode dá mais (uns dá 50, 100, até 200 como eu) pra vir a água. Todo mundo aqui faz pra si a única ajuda é essa da água. Cooperamos com o operador para ele cuidar. Dizem que é invasão, acampamento, e por isso eles não deixam vir a água dos canos das mansão. Nós pagamos um cartão de 10 mil cruzeiros, aí vem outro de 10 mil e logo ninguém quer cooperar com o operador, que só ajuda, não lucra. Eu deixava eles pegarem na torneira da casa... aí passamos a pedir ajuda para pagar a luz e eles espocaram (fugiram). Falta água no colégio e os estudantes não podem ficar sem água. Sabe, é porque é invasão eles falam não tem direito, mas tem uai!”

A vila é considerada um “bom lugar” para se viver, pois todos são amigos – certos problemas de ordem moral são os “de fora que causam... vêm se arrumam confusão”, o que é agravado, segundo eles, pelo fato de não se ter no local uma delegacia de polícia para um maior controle sobre os indivíduos que não se comportam convenientemente.

B – Origem e Procedência dos Chefes de Família

Todos os chefes de família são migrantes, sendo que a maior parte nasceu na área rural e, aproximadamente, a metade residiu em área rural antes de sua vinda para o Distrito Federal.

Quadro I

Nascim.	Res. ant.	Número de Pessoas	
			%
rural	- rural	63	50,8
rural	- urbana	25	20,2
urbana	- rural	5	4,0
urbana	- rural	31	25,0
Total		124	100,0

Como se pode observar no Quadro nº I, cerca de 71,0% nasceu na área rural e, no entanto, apenas 29,0% na área urbana. Dentre os chefes de família que nasceram na zona rural, 50,0% ali viveu até migrar para o Distrito Federal, enquanto que apenas 20,2% nasceu na área rural, mas é proveniente de zonas urbanas. Uns poucos (4,0%) nasceram em áreas urbanas, mas são provenientes de zonas rurais; isto significa que 75,0% de todos os chefes de família entrevistados tiveram alguma experiência de vida em zonas rurais. Somente 25,0% teve experiência de vida anterior exclusivamente urbanas.

No Quadro II, verifica-se que a maioria nasceu no Nordeste e procede desta região (principalmente dos Estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Piauí). Poucos nasceram na região Sudeste (19,4%) ou Centro-Oeste (4,8%), todavia um número considerável procede destas regiões (25,0% e 10,5%, respectivamente).

QUADRO II

Região	Nascimento	%	Res. Ant. DF	%
Nordeste	94	75,8	79	63,7
Sudeste	24	19,4	31	25,0
Centro-Oeste	06	4,8	13	10,5
Sul	-	-	1	0,8
Total	124	100,0	124	100,0

Como se verá, posteriormente, o fato de que a maior parte dos chefes de família tivesse experiência de vida rural vem a ser importante para o entendimento do trabalho da criança, pelas suas implicações culturais. A maneira de representar o trabalho implica uma noção de saúde e conservação do corpo, que julgamos ser própria de zonas rurais e dela decorre que o trabalho da criança seja desejável para o seu desenvolvimento físico e social.

C – Composição do Grupo Familiar pelo Trabalho da Criança

As famílias estudadas compõem uma população de 728 pessoas, sendo 424 crianças de menos de 1 ano de idade até 17 anos completos, o que significa 58,2%.

Das 124 famílias que compõem a nossa unidade de observação, 31 têm crianças trabalhando regularmente, isto é, auferindo rendimentos pelo trabalho de toda a semana ou de apenas alguns dias por semana. O restante das unidades familiares não tem filhos trabalhando regularmente, mesmo que possam vir a fazê-lo em ocasiões especiais.

Esta distinção nos serve de ponto de referência para comparar a composição por sexo e idade das unidades familiares e a composição da renda familiar. De agora em diante, chamaremos Grupo I o conjunto de famílias que têm crianças trabalhando e Grupo II aquele que não têm crianças trabalhando.

A julgar pelo número de famílias que têm crianças trabalhando, pode-se supor que a maior parte das crianças não trabalha. Efetivamente, apenas 12,7% do total das crianças das famílias observadas estavam trabalhando regularmente, no momento em que se levou a efeito a pesquisa. Em outro lugar, desenvolvemos a explicação de que este fato deve-se mais à impossibilidade de se obter trabalhos do que a condicionamentos culturais ou ausência de pressões econômicas, que tornam necessário o trabalho das crianças.

QUADRO III

Pessoas	Grupo I (31 unidades)	%	Grupo II (93 unidades)	%	Total	%
Adultas	80	31,5	224	47,3	304	41,8
Crianças	174	68,5	250	52,7	424	58,2
Total	254	100,0	474	100,0	728	100,0

Observa-se no Quadro nº III que, em relação ao total de membros, há uma maior proporção de crianças entre as famílias do Grupo I, OU SEJA, DAS 254 pessoas 68,5% são crianças, enquanto que no Grupo II esta categoria representa 52,7%.

Não só o número de crianças é maior no Grupo I quanto o número de membros das unidades familiares também é maior. O Quadro nº IV mostra que a maior parte das famílias do Grupo II (70,0%) está composta por 5 membros ou menos, enquanto entre as famílias do Grupo I a maioria (87,1%) tem 6 ou mais mem-

bros. Inversamente, apenas 12,9% do Grupo I tem 5 ou menos membros e 30% do Grupo II tem 6 ou mais membros.

Quadro IV

Nº de Membros	Grupo I %	Grupo II %
5 e menos	12,9	70,0
6 e mais	87,1	30,0
Total	100,0	100,0
N	(31)	(93)

É evidente que as crianças que trabalham são membros de famílias mais numerosas. Nestas famílias, as pressões econômicas características deste estrato social tornam-se ainda mais adversas para a sobrevivência, uma vez que a renda familiar, sendo muito semelhante à das famílias menores, deve cobrir as necessidades de um maior número de pessoas.

Levando-se em conta que a criança só tem condições de exercer uma prática produtiva, com vistas à auferir renda, a partir de certa idade (embora esta idade seja variável), nos preocupamos em verificar o número de crianças por idade.

Quadro V

Idade das Crianças	Grupo I %	Grupo II %
7 anos e menos	30,5	52,8
8 anos e mais	69,5	47,2
Total	100,0	100,0
N	(174)	(250)

O quadro nº V sugere que o fato de se ter ou não filhos no mercado de trabalho está associado com diferentes momentos do ciclo biológico do grupo familiar. Assim, as famílias que não têm crianças trabalhando tendem a ser famílias de

recente constituição, com filhos demais pequenos para auferir uma renda pelo trabalho. Enquanto 52,8% do total de crianças do Grupo II tem apenas 7 anos e menos de idade, apenas 30,5% do total do Grupo I encontra-se nesta faixa de idade. Inversamente, 69,5% do total das crianças Grupo I tem 8 anos ou mais, enquanto só 47,2% do total de crianças do Grupo II tem a mesma idade.

Há outro elemento que explica a menor proporção de crianças trabalhando no Grupo II, que é a sua composição por sexo. Neste grupo, há mais meninas do que meninos e como poder-se-á apreciar, em outro momento, existem restrições de ordem cultural que limitam o trabalho das meninas ao âmbito doméstico. Enquanto 56,0% do total das crianças do Grupo II é de meninas, no Grupo I somente 46,0% é de meninas. Verificamos, a seguir, a composição por sexo e idade das crianças que trabalham.

O quadro nº VI mostra que poucas crianças na faixa etária de 8 até 12 anos trabalham (24,1%). As que auferem uma renda pelo trabalho concentram-se na faixa de 13 a 17 anos (75,9% do total das crianças que trabalham).

Quadro VI

Idade	Sexo				Total	%
	MASCULINO	%	FEMININO	%		
8 anos	1	2,4	-	-	1	1,9
9	-	-	-	-	-	-
10	4	9,8	-	-	4	7,4
11	1	2,4	1	7,7	2	3,7
12	5	12,2	1	7,7	6	11,1
13	7	17,1	3	23,0	10	18,5
14	6	14,6	2	15,4	8	14,8
15	6	14,6	2	15,4	8	14,8
16	4	9,8	2	15,4	6	11,1
17	7	17,1	2	15,4	9	16,7
Total %	41 (75,9)	100,0	13 (24,1)	100,0	54 (100,0)	100,0

Verifica-se aí que, entre as crianças que trabalham, os meninos aparecem numa proporção muito maior (75,9%) do que as meninas (24,1%). Estas cuidam de

afazeres domésticos, desde muito cedo, o que pode exigir, inclusive, mais dispêndio de tempo e energia do que o trabalho remunerado.

Resumindo, observa-se que quanto à composição dos Grupos familiares I e II há fatores que os diferenciam claramente e que são sintetizados a seguir:

<u>Grupo I</u>	<u>Grupo II</u>
- há uma maior proporção de famílias mais numerosas	- há uma maior proporção de famílias pequenas
- há uma maior proporção de crianças de idade mais avançada	- há uma maior proporção de crianças de menos idade
- tem-se mais meninos, proporcionalmente	- tem-se mais meninas, proporcionalmente
- menos meninas trabalham com relação aos meninos	

D – Composição da Renda Familiar

Vamos analisar, nesta parte, a renda familiar como um indicador da condição sócio-econômica das famílias estudadas. Também serão analisadas as diferenças de renda entre os dois Grupos de família e a participação das crianças na renda familiar global.

Tanto a renda do chefe de família e a renda familiar global mostram que a população estudada situa-se nos estratos que auferem as rendas mais baixas. Levando-se em conta que o salário-mínimo não é suficiente para cobrir as necessidades de uma pessoa, tona-se evidente que esta é uma população extremamente carente, que enfrente uma qualidade de vida indesejável.

Como pode ser apreciado no Quadro nº VII, tem-se que em aproximadamente 50,0% dos casos os rendimentos auferidos pelo chefe de família é de Cr\$ 3.000,00 ou menos. Nota-se que na época da pesquisa o salário-mínimo estava fi-

xado em Cr\$ 2.268,00⁵. Em termos de renda global aproximadamente 30,0% das famílias que auferem entre Cr\$ 7001,00 e Cr\$ 15000,00 mensais como renda do chefe de família são pouco frequentes (2,6% do total das famílias), mas as rendas globais, nesta faixa, atingem 20,5% de todas as famílias⁶.

A comparação entre a renda do grupo de famílias que têm crianças trabalhando (Grupo I) e aquele que não as têm (Grupo II) não mostra tendência diferentes sistemáticas, que sejam acentuadas, nem ao nível da renda dos chefes de família nem ao nível da renda global. No entanto, é possível, mesmo assim, observar que, em relação ao Grupo II, no Grupo I as rendas altas são mais frequentes e as baixas menos frequentes, isto é, nas famílias do Grupo II as rendas globais das faixas mais baixas são mais frequentes e as altas menos frequentes. No quadro nº VII pode-se apreciar que enquanto no Grupo I 41,3% das famílias auferem rendas globais entre Cr\$ 5001,00 e Cr\$ 15000,00, no grupo II apenas 28,0% apresentam rendas globais da mesma magnitude. Por outro lado, enquanto no Grupo II apenas 17,2% apresenta este mesmo nível de renda.

⁵ O salário-mínimo é a referência da própria população para avaliar seus rendimentos, isto é, tanto pelos indivíduos inseridos no mercado formal quanto para aqueles inseridos no informal.

⁶ Apenas duas das famílias têm uma renda superior a Cr\$... 10.000,00

Quadro VII

Faixa de Renda	Grupo I				Grupo II				Total das Famílias			
	Chefes família %		Renda global %		Chefes família %		Renda global %		Chefes família %		Renda global %	
2.000 e menos	6	20,7	3	10,3	15	16,3	11	11,8	21	17,3	14	11,5
2.001 a 3.000	8	27,6	2	6,9	29	31,5	20	21,5	37	30,6	22	18,0
3001 a 5.000	6	20,7	12	41,5	32	34,8	34	36,6	38	31,4	46	37,7
5.001 a 7.000	6	20,7	5	17,2	10	10,8	8	8,6	16	13,2	13	10,7
7001 a 15.000	-	0,0	7	24,1	3	3,3	18	19,4	3	2,6	25	20,5
Sem renda	3	10,3	0	-	3	3,3	2	2,1	6	4,9	2	1,6
TOTAL N	29	100,0 (29)	29	100,0 (29)	92	100,0 (92)	93	100,0 (93)	121	100,0 (121)	122	100,0 (122)

As rendas globais mais altas no Grupo I explica-se, em parte, pelo fato de que mais chefes de família desse grupo recebem rendimentos entre Cr\$ 5 001,00 e Cr\$15 000,1 (20,7%) em comparação com o Grupo II (14,1%). Mas, explica-se também pela participação de outros membros do grupo familiar (inclusive crianças) na composição da renda global. Obviamente que enquanto em todas as famílias do Grupo I a renda do chefe da família é crescida pela participação de pelo menos uma criança, no Grupo II cerca de 60,0% das famílias contam apenas com a participação econômica do chefe da família.

Certamente, a maior renda verificada no grupo I não implica em que estas famílias desfrutem uma melhor qualidade de vida. Pelo contrário, considerando que o número de membros que compõem esse grupo é maior e, portanto, maior número de dependentes dessa renda, observa-se um empobrecimento mais acentuado mais acentuado nas famílias desse Grupo. Parece-nos sensato pensar que as crianças trabalham para aumentar os rendimentos. Por menor que seja a sua parcela de contribuição econômica está é grandemente significativa, se não necessariamente para o grupo familiar, ao menos para cobrir necessidades da própria criança.

A importância da renda das crianças varia de caso para caso. Somente em dois dos casos estudados se fez evidente que o dinheiro auferido por essas era condição necessária para a sobrevivência do grupo familiar⁷. Na maior parte dos casos a sobrevivência dos grupos não depende das crianças, pois é o chefe de família e/ou outros membros adultos que auferem os grossos da renda familiar. Finalmente, observa-se duas famílias em que as crianças contribuem sem remuneração, mais auxiliando o chefe da família no seu trabalho.

⁷Um caso em que o pai abandonou a família e que só o trabalho de duas crianças sustenta um grupo de cinco pessoas. E o outro, em que a mãe é viúva e fica em casa tomando conta de filhos pequenos e dos afazeres domésticos, enquanto duas crianças e uma irmã adulta sustentam a família.

O quadro nº VIII mostra os rendimentos auferidos pelas crianças pelo exercício de um trabalho regular.

Quadro VIII

(em cruzeiros)

Renda	Meninas %	Meninos %	Total %
Sem remuneração	0,0	22,5	17,0
400 e menos	30,7	37,5	35,9
401 e 800	15,4	22,5	20,7
801 e mais	53,9	17,5	26,4
Total (N)	100,0 (13)	100,0 (40)	100,0 (53)

Do total de 53 crianças que trabalham⁸, 9 meninos (17,0%) auxiliam os pais no trabalho do qual se auferem uma renda. Esses meninos não são pagos regularmente, mas ganham quando “pedem algum dinheirinho”, roupa, material escolar, etc. Nenhuma das meninas trabalha nesta condição, mesmo que todas elas trabalhem dentro do espaço doméstico. No entanto, esse tipo de trabalho distingue-se do anterior uma vez que do trabalho doméstico não se auferem uma renda. A maior parte das crianças (56,6%) que recebe remuneração pelo seu trabalho auferem o máximo de Cr\$ 800,0 mensais, sendo que o menor ordenado é de Cr\$ 40,00. Entre essa renda mínima e o máximo de Cr\$ 800,0 observa-se uma grande variabilidade. Nota-se, nesse mesmo quadro, a tendência de as meninas auferirem rendimentos mais altos que os meninos. Enquanto 53,9% das meninas encontram-se na faixa mais alta de Cr\$ 801,00 e mais, apenas 17,5% dos meninos encontram-se na mesma faixa. Inversamente, entre os que não recebem remuneração ou recebem o máximo de Cr\$ 400,00 encontra-se apenas 30,7% das meninas, mas a proporção de meninos atinge

⁸ Uma criança que trabalha não está incluída neste quadro por não termos conseguido informação de quanto percebe pelo seu trabalho.

60,0%. Acreditamos que esta diferença por sexo no rendimento auferido reflete a maior dificuldade dos meninos de participarem do mercado de trabalho de maneira regular e institucionalizada. A maior parte das meninas que trabalham fazem serviços domésticos pelos que recebem regularmente um ordenado.

E – Recursos de Sobrevivência

O que descrevemos até aqui demonstra que essas famílias vivem em condições de pobreza em que as necessidades básicas dos indivíduos são satisfeitas apenas a um nível mínimo necessário à sobrevivência. Nestas condições, as famílias desenvolvem formas de organização e atividades que maximizam seus poucos recursos.

Um fato chama a atenção na Vila Paranoá. É que há casos em que duas e até três famílias compartilham uma mesma habitação (“barraco”), que pertencem a uma delas⁹. Nesses casos existem três convênios de acesso à habitação:

- 1) Quando filhos contraem matrimônio e passam a residir com os pais, a família isola um ou dois cômodos pequenos para o novo casal que habitará neles sem nenhum custo econômico;
- 2) Quando outros parentes, na impossibilidade de levantarem seus próprios “barracos”, passam a residir com a família que é proprietária sem que isto implique em custos econômicos

Em alguns destes casos, as despesas com alimentação, luz (se o caso) e outras são divididas, inclusive o cozimento da alimentação é feito num só fogão e para todas as famílias ao mesmo tempo¹⁰. Esta forma de organização maximiza o suprimento de gás e dispensa a aquisição de mais um fogão. Em outros casos,

⁹ Muitas famílias moram em barracos alugados, sendo que os donos, no caso, não moram mais ali, outros, que chegaram há menos tempo compraram a “propriedade”. A ação governamental não permite o levantamento de novos barracos – quando isso acontece, são destruídos.

¹⁰ Encontramos um caso onde parentes, mesmo residindo em barracos diferentes, embora próximos, também fazem isso.

mesmo sendo parentes próximos, como filhos, as despesas são completamente separadas e as famílias tem suas vidas individualizadas. A solidariedade baseada nos laços de parentesco favorece um ou mais grupos familiares, ao mesmo tempo que impede outros de ter sua renda acrescida com aluguel de parte do “barraco”. Isto é outra forma de ter acesso a uma habitação comum:

3) Quando o proprietário aluga para estranhos, ou “pessoal lá da nossa terra”, que migram para o Distrito Federal.

O aluguel permite um aumento da renda familiar e, ao mesmo tempo, dificulta as condições de vida na medida em que reduz o espaço para os membros da família. Dependendo dessa redução, a ocupação por estranhos passa a ser temporária ou constante¹¹. Quando perguntamos a uma família que recém havia alugado um cômodo sobre suas condições de habitação recebemos a resposta: “quem mora de aluguel não mora... vive mudando!” e a dona do “barraco” nos explicou que:

“ ... a gente aluga uns dois meses, só pra ajudazinha – os meninos ficam embolados, num dá pra dormir... um quatinho dos meninos dá 500 cruzeiros por mês. É pra pagar a prestação da televisão – assim ficam sossegados em casa e não vão para assistir na casa dos outros”.

As relações de solidariedade podem ser constatadas entre vizinhos, embora muitos reclamem que isso é muito difícil ali. Cabe destacar dois casos que pudemos verificar, quando em condições de miséria absoluta de duas famílias. Um deles, em que a família é sustentada por crianças, a mãe declarou sobreviver pela bondade de um vizinho que lhe dava um prato de comida quando não tinha o que comer e sentia muita fome. Em outro, a família que estava vendendo seus poucos pertences (cama, utensílios domésticos) para comprar alimentos recebia como empréstimo passes de ônibus para que uma criança pudesse ir à escola. Há também

¹¹ Há casos em que o cômodo é alugado para pessoas que só vão para a Vila nos fins de semana.

OBS. Há barracos de um só cômodo onde vivem famílias constituídas de até 10 pessoas. Mesmo assim, recebem as visitas de parentes de outras localidades que passam semanas ali acrescentando-se, temporariamente, de 1 até 6 pessoas.

empréstimos de dinheiro entre alguns vizinhos para cobrir necessidades de despesas ditadas por doenças.

Outra alternativa utilizada por alguns é a instalação de uma venda num cômodo do "barraco". Segundo me informaram só sabem que dá para as despesas com condução e os produtos alimentícios que não são vendidos são aproveitados pela família. Se estão, no dia, sem dinheiro para compra de alimentos, retiram o que podem da venda, o mínimo possível, e também garantem o mínimo possível de alimentos para os filhos.

O trabalho da criança deve ser visto, a nosso juízo, como mais um dos recursos de sobrevivência. No entanto, não pode ser explicado apenas com referência às pressões econômicas, mas explicadas apenas com referência às pressões econômicas, mas também pelo conteúdo cultural que trazem os migrantes de zonas rurais, onde a criança trabalha desde cedo. Nisto, há diferenças, por exemplo de uma população urbana de estratos altos. Na população aqui observada, o trabalho é considerado desejável para o bom desenvolvimento físico e social da criança. O "estudo" aparece sob outro aspecto, pois significa um instrumento para se atingir um objetivo (mobilidade sócia) e não um fim em si mesmo. Esta condição é relativa apenas ao trabalho como elemento inseparável da existência física do indivíduo.

No capítulo III, abordaremos a prática produtiva das crianças, como recurso de sobrevivência e como expressão cultural.

CAPÍTULO II

CLASSE, EDUCAÇÃO E TRABALHO

“Somos gente fraca e os filhos da gente da gente sendo fraco igual a nós mesmo”

“Precisa mais a criança estudas. Hoje em dia só aqui quem tem valor tem estudo. Só arranja emprego quem tem estudo... só mais o estudo, estudo!”

“O negócio de trabalho não tem jeito não, porque todo mundo é preciso trabalhar”

A – Posição Sócio-Econômica da População Estudada

Entre os segmentos duma mesma sociedade, embora possa não haver diferenças a nível de um padrão ideal e até mesmo formal, existem diferenças na prática social das crianças. Os papéis exercidos pela criança, as expectativas que se tem quanto a ela – assim como os privilégios que goza – variam de acordo com certas condições estabelecidas pela posição que sua família ocupa na estrutura social. Daí julgarmos necessário, na presente análise do nosso objetivo de estudo, o entendimento da posição sócio-econômica das famílias observadas, como também a percepção que elas têm dessa posição.

A escolha da favela como local da pesquisa já traduz interesses voltado às famílias que vivem em condições de pobreza acentuada, sendo esta pobreza definida por privação de bens econômicos e de participação social e política, portanto. Nesse sentido, o quadro de referência para uma análise e interpretação de qualquer fenômeno que nessa área fosse estudada deve considerar as feições características de nosso sistema político e econômico.

Predominantemente, este sistema se define em termos capitalistas, porém, caracteriza-se por formas heterogêneas de produção e relação de trabalho, sendo algumas, de um lado, capitalistas, e de outro, não capitalistas ou “arcaicas”.

Tais formas atuam de modo integrado, sendo que as novas- capitalistas- são dominantes e as “arcaicas” subordinadas. Estas características do sistema tornam-se aparentes, entre outros fenômenos, nas formas de organização do trabalho. Desse modo, a força de trabalho em contextos urbanos se encontra inserida em dois mercados diferentemente institucionalizados:

- o formal;
- o informal.

O primeiro, altamente regulado por um “aparato legal”, é considerado a forma típica do sistema econômico capitalista e nele se situam os assalariados dos quais é extraída “mais valia”, o que permite a este sistema a continuidade do seu processo de acumulação.

O segundo caracteriza-se por uma baixa regulamentação legal e por apresentar uma multiplicidade de serviços pessoais. “Em torno da prestação destes serviços, organiza-se uma gama variada de atividades que são exercidas sem o reconhecimento jurídico” (Kowarick 1975:92). O mercado informal coexiste com a formal e é funcional a este. Nele encontramos os “subempregados” os “empregados por conta própria” e “trabalhadores marginais”. Essas atividades, embora frequentemente considerados como “periféricas”, são, na verdade, parte integrante do sistema na medida em que:

- permitem a ocupação de uma população mais ou menos autônoma, “ociosa” como força de trabalho, não interferindo ou concorrendo com os setores avançados;

- favorecem a formação e manutenção do chamado “ exército de reserva”, de que os ditos setores avançados podem lançar mão quando necessário, o que implica colaborar para a manutenção de baixos salários do operariado dado o mecanismo de abundância de mão-de-obra – oferta maior que a procura- para aqueles setores, reforçando a possibilidade de lucro empresarial;

- possibilitam a complementação da renda auferida, através da participação do mercado formal, liberando este de cobrir totalmente o custo de reprodução da força de trabalho.

Encontramos, na população estudada, indivíduos inseridos nos mercado de trabalho formal e informal. Entre as 186 pessoas adultas, de ambos os sexos, das quais, pudemos apreender os tipos de atividades exercidas, 47,3%trabalham no setor informal e 52,7% no formal. Algumas dividem-se entre os dois, regular ou esporadicamente, com vistas a complementar sua baixa remuneração. Outros, de modo pouco significativo, pois apenas três casos, trabalham na lavoura, o que lhes proporciona produtos alimentícios para satisfazer parte do sustento familiar. Temos, então, os assalariados (operários da construção civil, funcionários públicos, balconistas, etc.); os que prestam serviços como “autônomos” (pedreiros, motoristas, marceneiros, eletricitas, donos de pequenas vendas no local, e outras atividades) e os agricultores. As mulheres, em sua grande maioria, são empregadas domesticas e algumas são professoras primárias lá mesmo, serventes, copeiras em outros lugares. Algumas cuidam das vendas que ficam em cômodos de seus “barracos”, lavam roupa “para fora”, cozinham para os “peões de obra”.

Descrevemos, acima, maneiras variadas, de ocupação de pessoas que não têm em comum um tipo de atividade produtiva, mas que auferem baixos rendimentos e cujas condições precárias de vida são similares. Na estrutura sócio-econômica definem-se, em termos de posição de classe, como proletários, vendedores de sua força de trabalho e carentes dos meios de produção.

B – Forma de Representar a Própria Posição Social

A partir das entrevistas qualitativas, tentamos compreender a forma como esses indivíduos representam a própria posição social, o que vem a ser a identidade de grupo¹², assumida pela população. Essa identidade é expressada, com simplicidade, por meio das seguintes frases: “somos gente fraca”, “somos fracos”. O termo “fraco” não se refere a um estado de doença, mas à importância ante a situação de privação. Quando este aparece no discurso associado à doença¹³, é para explicitar que por serem “ gente fraca” não podem enfrentar os custos da doença. Assim, a pessoa pode ser fisicamente forte e socialmente fraca.

A fraqueza é concebida como uma condição individual, que pode melhorar, mas é imutável e caracteriza as pessoas quando:

- “eu caí numa cova de cabeça pra baixo e até agora não consegui sair – por mim mesmo não saio do buraco”.
- “a criança se acha com precisão”.
- “não tem condições de por eles pra estudar”.
- “ganha muito pouquinho”.

¹² Cláudia Menezes, em seu trabalho *A Mudança*, publicado pelo Instituto Nacional do Livro, em 1976, viu esta relação de “fraco” com doença... as condições dos migrantes certamente eram outras.

¹³ Por isso entende-se o que Cardoso de Oliveira coloca: “- quando uma pessoa ou grupo se afirmam como tais, o fazem como um meio de diferenciação em relação a alguma pessoa ou grupo com que se defrontam. É uma identidade que surge por oposição. Ela não se afirma isoladamente” (1976:05) e que “a identidade social, ela própria, é uma ideologia e uma forma de representação coletiva” (idem:39).

- “tem o salário fraco”.
- “não pode comprar para eles se calçar, se vestir”.
- “eu precisava deles trabalhá – eu não tenho com que e até o alimento falta”.
- “eu sou obrigado a esforçar assim o ponto que eu aguentar meus filhos...”.
- “mãe me dê tanto, pai me dê tanto... a gente não pode dar né! Eles pedem mas não tem, não tá podendo dar, então aquilo a gente fica com dó de não poder dá”.
- “a gente é pobre... não pode criar filhos só no futuro, só pra estudo, pra estudo”.
- “trabalhando joga aquele suor amargo fora”.
- “eu estou aqui sofrendo muito nesse comodozinho apertado com 10 pessoas, lutando com doença, lutando com dificuldade, mas esperando que um dia há de descansar... tenho fé em Deus, que vai tudo melhorar depois (quanto à moradia), mais tarde, que não é tudo que é na hora”.

Na representação do próprio estrato social aparece a fraqueza como elemento de identidade. Além disso, estabelecem, claramente, a oposição entre os filhos de “gente fraca” (nós) e os filhos “de papais” (outros), conforme tabela a seguir:

Tabela I

Nossos filhos	Filhos dos outros
<p>- <u>são criados ‘no presente’</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudando e trabalhando • Não bestando • Adquirindo responsabilidade <p>- <u>portanto. sabem o que é o futuro</u></p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>trabalho</p>	<p>- <u>são criados “no futuro”</u>:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Só estudando • Bestado • Não adquirindo responsabilidade <p>- <u>portanto não sabem o que é o Futuro</u></p> <p style="text-align: center;">↓</p> <p>trabalho</p>

Como a fraqueza é uma condição individualmente adquirida, a grande preocupação dos pais é que os filhos não adquiram. A educação formal é vista como o principal instrumento para evitar a condição de fraqueza na cidade:

“porque Brasília tem de estudar pra trabalhar”.

“por que aqui... o trabalho aqui se não tiver estudo não tem nada né!”

“eu acho que a coisa mais importante é o estudo. Pra o futuro a pessoa estudando vai adquirir uma coisa melhor na vida”.

“óia que eu não tenho leitura – vivo trabalhando no pesando, trabalhando na casa dos outros”.

Portanto, quem não “tiver leitura” não consegue trabalho numa grande cidade e o estudo é o veículo de ascensão social que vislumbra e, nesse sentido, há os que o colocam até como a razão de terem migrado da área rural para a cidade:

“eu moro aqui, mas muito agitado, por conta dos filhos – o estudo é o mais possível, é a razão porque eu estou preso aqui na cidade e por meu gosto eu tava no interior, tocando por essas fazendas . Eu sou analfabeto e a minha leitura é muito acanhada – eu faço o meu nome graças a Deus e mão pago ninguém pra fazer isso. Eu tenho 5 filhos estudando e estão adiantado né... eu não posso deixar meus filhos como eu”.

Referem-se à condição de trabalharem “no pesado” por não terem tido acesso à escolarização e o estudo representaria para os filhos melhores condições, um trabalho mais “valorizado”.

Consideramos, aí, que ao desejarem um nível mínimo de escolarização para seus filhos em termos ideais como um elemento que possibilitasse uma ascensão social destes estariam desejando sua própria ascensão projetada na dos próprios filhos. Tal possibilidade é, no entanto, percebida como extremamente contraditória com as condições objetivas de suas vidas. Trabalho e estudo constituem-se em duas atividades altamente desejáveis para as crianças e que, por outro lado, o exercício de um impede a da outra.

Tabela II

ATIVIDADE DESEJADA PARA AS CRIANÇAS

	<u>"A"</u>		<u>"B"</u>
IDEAL	: TRABALHO	IDEAL	:ESTUDO
REALIDADE	: exige estudo, portanto, a criança tem que estudar	REALIDADE	: exige estudo, portanto, a criança tem que estudar
SOLUÇÃO PARA O CONFLITO	: não há	SOLUÇÃO PARA O CONFLITO	: não há
REALIDADE	: <u>abandonar o ideal</u> de trabalho	REALIDADE	: <u>abandonar o ideal</u> de estudo

	<u>"C"</u>
IDEAL	:TRABALHO E ESTUDO
REALIDADE	:exige trabalho e estudo, portanto, a criança tem que trabalhar e estudar
SOLUÇÃO PARA O CONFLITO	: não há
REALIDADE	: abandonar o ideal, ou estudar ou trabalhar, pois as duas atividades vão se mostrando incompatível no dia-a-dia

As atividades desejáveis para a criança são tanto estudar quanto trabalhar. Dadas as condições sócio-econômicas descritas antes, as duas atividades se tornam contraditórias. A partir da análise de discursos, encontramos três formas de expressar a relação entre a educação e trabalho, conforme descrição da tabela II.

Numa delas (forma “C”) a relação aparece sem a mediação da realidade objetiva, isto é, expressar um conteúdo exclusivamente valorativo: a criança deve estudar e trabalhar. Nas outras duas (“A” e “B”), a relação é demonstrada através da explicação das condições objetivas que a fazem inviável.

Vamos ilustrar, com partes de entrevistas a maneira como os informantes expressam a relação entre trabalho e educação

- a forma “A” é característica dos indivíduos cujos valores se identificam mais com o mundo rural, onde as crianças trabalham desde cedo. O trabalho é o valor ideal que vem a conflitar com a nova realidade – o mundo urbano – onde a escolarização da criança é considerada essencial para o trabalho na cidade, pois “aqui só vale quem tem leitura”. Porém, não trabalhando a criança será prejudicada em seu desenvolvimento:

“Tenho vontade que eles trabalhem... deve trabalhar... porque o menino que está acostumado a trabalhar desenvolve bem mais do que o que fica atoa... mas tenho que olhar o lado que eles estudam também porque tem que abandonar um ou outro. Só num tão trabalhando por causa do estudo porque o estudo pra eles é contramão...mas quem sabe Deus ajuda!”

- na forma “B” o estudo é o valor ideal o que aparentemente contradiz a forma “A”. Idealizando o estudo, pois o futuro melhor que o seu para os filhos dependerá disso. As condições de privação, e impotência quanto a uma realidade que exige a participação das crianças na renda familiar, impede o ideal, uma vez que “nós não temos como dar o estudo pro filho – aqui tudo falta”. As dificuldades se afiguram para a compra de lápis, cadernos, livros, passagens de ônibus, e não podem ser ultrapassadas num período maior de tempo:

“Eu acho que tem de estudar até se formar né! Só que a gente não tem com que... eu precisava deles trabalha. Essa outra também não está estudando mais”.

“A gente dando o estudo o filho serve pro filho, serve pra gente... essa aqui não trabalha, mas precisa trabalhar que acontece que eu não tenho como dá a ela o estudo”.

“se tivesse mais dinheiro eles não iam trabalhar não – o prazer meu é eles estudar, mas não tem condições deles estudar, eles não têm tempo”.

- na forma “C” tanto o estudo quanto a educação são consideradas atividades ideais para uma criança. Porém, é onde a contradição entre as duas atividades se estabelece mais claramente, quanto afirmam que os meninos se vêm forçados a abandonar uma ou outra, por cansaço físico e mental e por dificuldades econômicas:

“eu acho que deve dar pra trabalhar e estudar... mas não tem condições deles poder estudar, eles não têm tempo... quanto eles passou pra 5ª. série não pôde mas eles tentaram ainda – chega lá no colégio, fica com sentido nos trabalhos que não fez aí não quis mais continuar”.

C – Representação do Trabalho

Inicialmente, observamos, aqui, a representação do trabalho como uma categoria genérica – “todo mundo trabalha”– e a forma como se define no discurso. Alguns fragmentos de entrevistas, que vêm a seguir, servem para ilustrar o nosso pressuposto de que ele é representado como um aspecto da natureza do ser humano:

“O trabalho é um tipo de manter quase dum alimento... uma pessoa que não faz nada, não tem possibilidade de viver – vive muito mais pouco”.

“... se nunca trabalha, continua com aquele corpo doendo, doído, doído, com preguiça... e se ele começar a trabalhar assim, vai forçando, forçando, daí meia hora não está sentindo nada, já desenvolveu, né! ”

Portanto, o trabalho mantém o homem, já que é condição para o bom funcionamento de seu corpo,

Trabalho -----□ saúde do corpo

Não-trabalho -----□ doença do corpo

salvo exceções, quando as pessoa já nascem dentes e, neste caso, não podem trabalhar como o desejado:

“ o trabalho trás muita saúde não para todos que tem gente doente que é de nascença mesmo”.

Entendemos que a relação trabalho-saúde se estabelece com base à conformação orgânica do ser humano. O homem tem dentro dele o elemento que pode causar a doença. Este elemento é o “suor que pessoa tem no corpo”, mas o homem tem o recurso para se livrar deste elemento, o trabalho, de maneira que o não-trabalhar implica em não liberar esse suor e, portanto, favorecer a doença – se “nunca suar... aquele suor amargo aparece que o indivíduo levanta com preguiça, desanimado”. A preguiça e o desânimo são considerados sintomas de doença.

Em vários discursos, verificamos a relação entre o trabalho e a saúde, porém, de outra forma:

“...minha mãe criou a gente só trabalhando. Por isso tou na idade que tou e graças a Deus sou mais forte que muitos que andam por aí sem trabalhar, sem esforçar, porque a gente trabalha não é defeito, é até bom pra gente porque os ossos fica forte. Eu sou forte... eu trabalho dia e noite”.

“só mesmo quem vive na vida mansa... tem que tomar remédio, aquela coisa, e quem vive no passado tem uma vida mais controlada”.

Se é certo que o trabalho é representado como sendo intrinsecamente bom, seus efeitos obre o organismo dependem de um equilíbrio e das condições dele. Por um lado, observa-se que tem que ser controlado, pois o excesso significa ter uma vida curta:

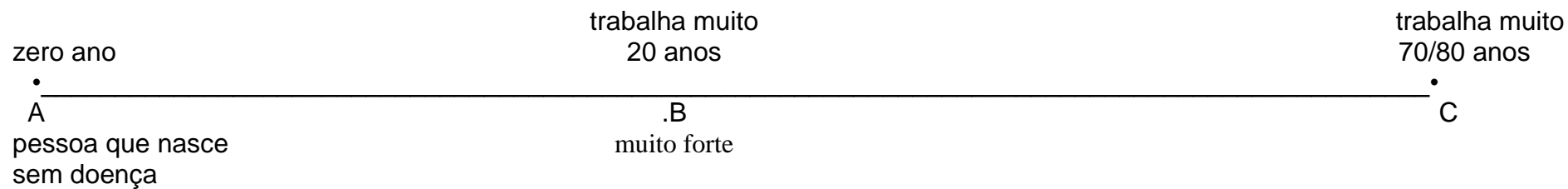
“ trabalho não é defeito, não trabalhando demais pra morrer, pra não aguentar nem trabalhar. Trabalhando na base fica forte”.

Por outro lado, as condições específicas em que trabalha podem favorecer a não conservação da saúde. Assim, constatamos que os migrantes vindos diretamente do campo, já na fase adulta da vida, comparam a realidade da roça e a nova realidade em termos de ciclo de vida, como pode ser observado na Tabela nº III.

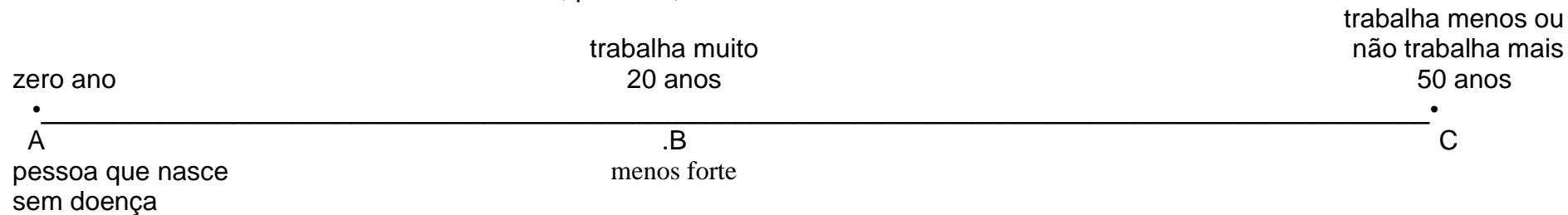
TABELA III

TRABALHO E EXPECTATIVA DE VIDA
CAMPO - CIDADE

CAMPO – MAIS SAÚDE, portanto, VIDA + LONGA



CIDADE – MENOS SAÚDE, portanto, VIDA + CURTA



Consideram, os entrevistados, que mesmo para as pessoas que nascem sem doença, tanto no campo quanto nas cidades, as condições de trabalho do campo permitem ao indivíduo uma expectativa de vida mais alta. Além disso, o indivíduo no campo é capaz de trabalhar muito até o fim da vida e, no entanto, o indivíduo na cidade começa a perder sua capacidade de trabalho muito cedo e, no fim da vida, trabalha muito pouco ou nada. Os seguintes depoimentos ilustram esta contraposição entre o trabalho da cidade e o trabalho do campo:

“Tem velho na roça que está com 80 e tantos anos e ele está forte, mais forte que um novo aí de 20 anos na cidade, né: lá na minha terra mesmo já conheço muitos já velho de 80 e tantos anos e o homem trabalha o dia todinho... mais que os novos aqui. Meus pais mesmo tá com 70 e tantos e ele não está trabalhando agora porque sofreu um derrame – mas relativo a isso era um homem que ia todo dia pro serviço, trabalhava o dia todinho, pegava cedo no serviço... agora quem é criado na mamata tem pouca possibilidade de vida”.

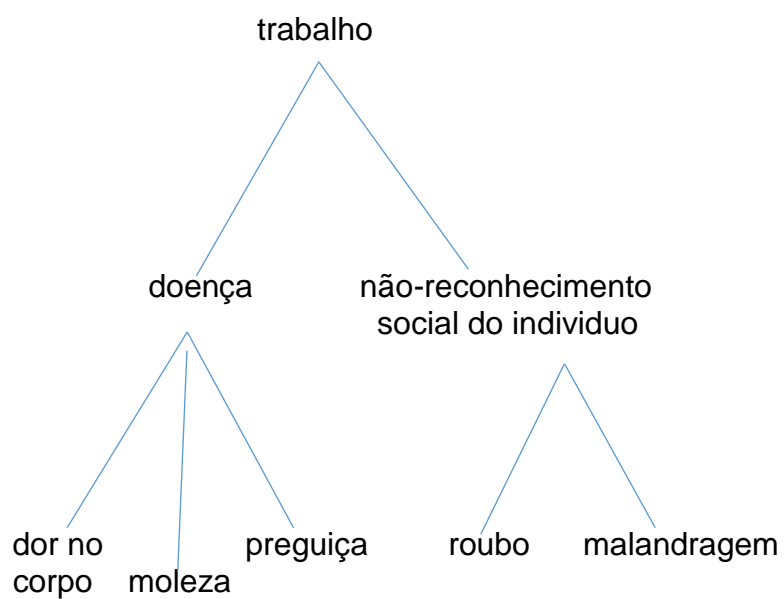
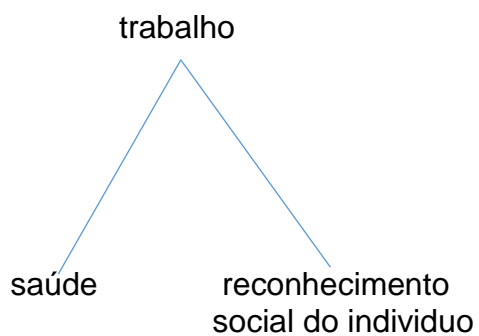
“...minha mãe tem quase 75 e vive fazendo a lida dela, quase tudo ainda, lá na roça tira até a água no poço: mais é forte, toda a vida sadia – tá mais forte que eu ainda assim... trabalho o dia que dou conta e posso, se passo mal venho embora e largo”.

“Porque eu tou velha, dando na idade (46 anos), no dia de amanhã se a mamãe cair doente... ou o pai...”.

Além da concepção de que se deve trabalhar porque trabalhar é intrinsecamente adequado, o indivíduo tem que trabalhar para ser aceito socialmente. A “vida mansa”, o ser “criado na mamata”, são considerações depreciativas e até desprezíveis uma vez que “todos sabem que têm de trabalhar” e a única justificativa para que a pessoa não trabalhe é a doença. Vemos, na afirmativa anterior, que as pessoas têm de trabalhar, no sentido de uma obrigação sem considerações contrárias. O verbo ter não abre concessões, é diferente do verbo dever, por exemplo, que permite ressalvas ele deve, ou seja, é melhor, convêm. A doença é a única possibilidade que permite ao indivíduo que não trabalha ser aceito socialmente. Caso contrário, é certo estar agindo contra os valores do grupo, colocando em risco a tranquilidade das pessoas, ou seja, a ordem social vigente. O que não trabalha “rouba”, faz

“malandragem”, e o que não faz isso é que tem aquela “preguiça”, por exemplo, que de tão “anormal” já é sintoma de o indivíduo estar doente.

Figura Nº I



A figura nº I ilustra a representação do trabalho. Por um lado, o trabalho conduz à saúde e ao reconhecimento social do indivíduo. Por outro, o não-trabalho conduz à doença, pois o indivíduo que não trabalha tem dores no corpo, moleza e preguiça, assim como, não permite o seu reconhecimento social, uma vez que, quem não trabalha, rouba e faz malandragem.

O Trabalho Masculino e Feminino

O trabalho masculino e feminino distingue-se quanto aos tipos de atividade e o espaço físico onde deve ser exercido. Como se verá posteriormente, o do homem volta-se à “rua” e o da mulher ao âmbito doméstico. Outra distinção refere-se à divisão social do trabalho familiar. Ao homem cabe o trabalho fora para o sustento da família e à mulher cabe os serviços da casa e os cuidados com os filhos.

Nesse sentido, o termo trabalho tem uma conotação diferente daquela quando se referem ao trabalho de maneira genérica. O doméstico e o remunerado são trabalhos. Porém, trabalho pode ser referir, exclusivamente, àquelas atividades em que se auferem uma renda. A expressão “aqui em casa só ele trabalha” é frequentemente usada pelas esposas que não auferem uma renda pelo seu trabalho. No entanto, as mulheres que recebem rendimentos pelo seu trabalho são consideradas pelos outros como pessoas que trabalham:

“Tem gente que tem muito filho e só o pai pra trabalhar e, às vezes, só a mãe, que muitos casos é só a mãe”.

A valorização do trabalho, baseada na renda que gera, também é importante para entender a valorização da prática produtiva das crianças.

No início desta parte, mostra-se que o trabalho é uma atividade concebida como parte da natureza do ser humano. É necessário observar que o trabalho doméstico da mulher também é representado desta forma, independentemente que

seja remunerado ou não, pois é um esforço físico, com um fim socialmente definido como útil, que faz “suar”:

“... eu não dou trabalho dentro de casa a meu marido; nem ele nem nada pra me dizer assim que eu não sei fazer isso. Se me por na roça eu faço, se é de casa eu faço, se é de roupa eu faço, porque trabalho desde cedo”.

Contudo o serviço não remunerado. P do lar, pode-se dizer, é menos valorizado socialmente e talvez seja por esta razão que não se dá a ele a denominação de trabalho.

CAPÍTULO III

A PRÁTICA PRODUTIVA DAS CRIANÇA

“Se eu tivesse ao menos uma geladeira prá guarda aí eles podia vender laranjinha”.

“Ele tem de viver, de ganhar isso mesmo porque ele precisa de vestir, de calçar e só o que ganho mais meu marido não dá prá sobrar prá ele”.

“Os meus só num tão trabalhando por causa dos estudo. Porque os estudo pra eles é contramão...”

A – Atividades Desenvolvidas pelas Crianças

Dadas as condições peculiares do sistema econômico o trabalho das crianças está condicionado, logicamente, a um comportamento de mercado onde há conjunção dos fatores de produção tanto no que concerne ao mercado formal quanto ao mercado informal.

A grande maioria das crianças aqui tratadas está inserida no mercado informal, pelas seguintes razões:

- a) o acesso ao mercado formal dificulta-se pela própria idade das crianças. Assim, as que têm menos de 12 anos estão proibidas de trabalhar conforme dita a Constituição Federal. Obviamente, para essas o único mercado que se abre é o informal dada a grande regulamentação do mercado formal.

Devido a restrições legais impostas principalmente pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 8.622 e artigo 427 do Decreto-Lei nº 5.454¹⁴ são poucas as crianças en-

¹⁴ Conforme: art. 1º (Decreto-lei nº 8 622), aos estabelecimentos comerciais de qualquer natureza é obrigatório o “emprego e matrícula de trabalhadores menores de 18 anos... até o limite máximo de 10% do total de empregados de todas as categorias em serviço”(Código de menores pág.59 – acrescentando-se a isso outra restrições com trabalho noturno (art. 404 Decreto-Lei nº 5 454) em locais prejudiciais à moralidade ou perigosos e insalubres (art. 405 I e II – Idem); O art. 427 (Decreto-Lei nº 5 454) reza que “o empregador cuja empresa

tre 12 e 17 anos que conseguem se empregar no mercado formal. A maior limitação provém das empresas que vêm a contratação de “menores” como sendo desvantajosa. Levando-se em conta que o salário é equiparado ao do adulto, salvo nos casos em que o “menor” é considerado “aprendiz” (vinculado a cursos do SENAI OU SENAC), a sua presença é tida, segundo depoimentos colhidos, como trazendo encargos às empresas. Acrescentando que as limitações impostas quanto aos tipos de serviços permitidos, assim como a redução do tempo de trabalho no que diz respeito à escolarização e formação profissional, tal situação representa para o empresariado uma produtividade relativamente baixa quando comparada à de um adulto que percebe o mesmo salário. Daí, nem todos os estabelecimentos comerciais, que formalmente deveriam ter seu quadro funcional 10% de trabalhadores menores, seguem a lei, assim como as pressões de empresários no sentido de se alterar o capítulo da CLT referente ao assunto para que o “menor”, então, passe a ter direito apenas à metade do salário-mínimo. Portanto, temos que requisitos legais, muitas vezes, deixam de ser cumpridos por algumas empresas que têm crianças em seu quadro funcional;

- b) o mercado informal é ainda o que apresenta maiores oportunidades de trabalho aos indivíduos em questão por ser mais “elásticos” em termos de absorção profissional, como é o caso da população que ora estudamos.

Como um parêntesis, temos que nos referir ainda, neste tópico, ao lado “positivo” da vinculação de crianças ao mercado formal, no que concerne ao empresariado. Quando esta pode ser inserida ao quadro funcional da empresa mediante acordo com o SENAI ou SENAC, sendo no caso considerada “aprendiz”, ela perce-

ou estabelecimento ocupar menores, será obrigado a conceder-lhes o tempo que for necessários para a frequência às aulas.”

be apenas meio salário e ao executar tarefas que possibilitam uma produtividade equivalente à de um adulto, logicamente o seu trabalho será mais “valioso” para a empresa. Claudia Menezes, quando do seu estudo sobre as condições de trabalho de uma indústria têxtil instalada em Anápolis – Go, nos relata que:

“O emprego de menores... é favorecido por que proporciona a mesma produtividade de um adulto em algumas tarefas consideradas fáceis e simples (controle dos “rings”, máquinas que produzem fios finos, ou das “conicaleiras” que transformam os fios em novelos) pela metade do custo. A justificativa dada pelos diretores, porém, é a de que a manutenção de menores na fábrica se deve a um convênio com o SENAI, que permite à empresa “treiná-los” durante dois anos, pagando metade do salário. “(1976 : 124).”

Ora, temos que nestas condições, então, o trabalho de criança permite uma dupla apropriação do trabalho não retribuído, o que torna mais compreensíveis as fortes pressões empresariais, atualmente, no sentido de que todos os trabalhadores “menores de idade”, em quaisquer circunstâncias, recebam apenas meio salário-mínimo¹⁵.

Essas colocações que fizemos são decorrentes de uma reflexão a respeito do emprego de crianças no mercado formal, originada por questões veiculadas nos depoimentos. Os pais demonstram preocupações em “tirar os documentos” dos filhos quando estes já são considerados em condições de trabalhar, o que significa uma preocupação ligada à colocação das crianças nesse mercado. Pais de família do Grupo II expressaram que os filhos não estavam trabalhando por não encontram emprego para eles, por mais que procurassem. O mercado formal é, segundo eles, o que possibilita uma garantia, pois a carteira é assinada, tem “instituto” e férias, mas é para muitos “ um sonho, dona! a gente não consegue arrumar emprego prá eles”. A inauguração de um supermercado no bairro mais próximo fez com que

¹⁵ O jornal “O estado de São Paulo” (S. Paulo), de 11 de março de 1978, publicou uma reportagem a respeito da posição dos empresários nesse sentido.

muitas mães fossem à procura do estabelecimento para colocar os filhos como “empacotadores”, mas se frustraram:

“... aí eu tirei os documentos dele direitinho e fui lá por ele pra trabalha, prá fichá la no Jumbo. Aí o moço disse que só com 14 anos e agora eu estou esperando inteirar os 14¹⁶ ... e eles tem uma vontade de trabalha faz dó. Ele chega fica apavorado, chega sonha de noite conversando que tá trabalhando, recebendo dinheiro, fica doidinho. E mais doida tá eu prá botar ele prá trabalha!”

“... o Jumbo tava fichando e eu me atrasei e quando fui em cima da hora tirar os documentos dele mas aí a moça disse que só fichava com 14 anos. Olha o tamanho dele, é pequeno, e acho que é por isso mesmo que eles não quis fichar... fui falar com o agente! Aqui no Paranoá não tem nada – não tem condição de trabalhar aqui – não tem serviço pra botar a criança. Todo mundo daqui é pobre, é fraco! O único serviço que eu acho melhor ele trabalhar é só nesse jumbo porque é mais perto de casa, transporte mais fácil. Se ele fosse pelo menos maior de tamanho acho que podia fazer teste...”.

Por outro lado, o Mercado informal apresenta certa dificuldade para o trabalho das crianças, segundo o que nos disseram algumas famílias (do Grupo II): os filhos, que trabalharam durante algum tempo regularmente, por não terem garantias, deixaram de fazê-lo. As razões para isso são:

“Ele não tem documento e o Juiz de menores está dando de cima”.

“A polícia estava levando os meninos lá no Gilberto”.¹⁷

“Ele engraxava sapatos, aí os outros meninos lá bateram nele. Aí não pude deixar eles ir trabalhar, fiquei com medo que ele é pequeno né! ”.¹⁸

Os fatos acima descritos, a dificuldade para conseguir emprego e, acrescenta-se a isso, justificativas como o tratamento de saúde dos filhos, são razões apresentadas para o não-trabalho de meninos considerados em idade para exercer uma prática produtiva que possibilitasse renda. Observamos que, com relação às meninas, algumas se recusam a trabalhar por estarem “mais adiantadas” nos estu-

¹⁶ Após os 14 anos não há as seguintes prescrições legais:

- “garantia de frequência à escola, que assegure sua formação. Ao menos em nível primário; e serviços de natureza leve, que não sejam nocivos à sua saúde e ao seu desenvolvimento normal” entendendo-se aí a exigência da empresa quanto à idade mínima para o emprego.

¹⁷ Centro Comercial na zona residencial do Lago Sul em Brasília.

¹⁸ Existe no trabalho informal a ocupação de locais específicos por pessoa específicas. Estes “pontos” são disputados pelas crianças por serem de maior movimento e possibilitarem mais serviços e, portanto, mais rendimentos.

dos (6^a. e 7^a. séries do primeiro grau) e terem receio de que isso venha a ser prejudicado, pois esperam melhores condições de trabalho após “se formarem”, assim como a resistência de alguns pais em colocarem “mocinhas” no mercado de trabalho, o que se explica por razões morais. Além disso, cabe às meninas o cuidado com os afazeres domésticos, o que significa que trabalham de fato, como analisamos na primeira parte deste capítulo.

A seguir, descrevemos as atividades produtivas das crianças que auferem renda pelo seu trabalho.

Entre as 13 meninas que trabalham, 10 exercem atividades de tipo doméstico. Uma delas estuda e cuida de crianças numa casa vizinhas. Três cuidam de crianças de outras famílias na sua própria casa, durante o dia e noite, e organizam-se de modo a fazer um rodízio durante o dia, o que lhes permite assistir às aulas. Seis destas meninas estão empregadas como domésticas em casas distantes de suas residências. Destas, só uma, que trabalha em tempo parcial, encontrava-se estudando e são elas as que recebem maior remuneração.

A parte dos trabalhos, domésticos, encontramos duas meninas que lecionavam no MOBRAL, estudavam e demonstravam um bom aproveitamento escolar.

Finalmente, uma das meninas trabalhava somente aos domingos, na feira local, frequentando a escola regularmente.

Dentre os meninos há uma maior variedade de serviços quando comparados com as das meninas. Alguns meninos também executam atividades “domésticas” em casas “de madame”, como dizem: Porém, estes serviços são tidos mais pesados do que os das meninas executam nessas casas. Também tomam conta de bancas na feira do Paranoá. Fora dessas atividades, que podem ser exercidas tanto

por meninos quanto por meninas, as outras atividades são tidas como tipicamente masculinas.

O trabalho dos meninos pode ser levado a efeito com independência da participação de outros membros da família, como é o caso dos que conseguem trabalhar em “mansões”, olhar carros em estacionamento, serem ajudantes de padaria, vendedores de pães nas casas, “office boys”, bilheteiro em Discoteca, executar serviços de limpeza na vizinhança, vender peixes que a própria criança pesca no Lago Paranoá.

No entanto, o grupo familiar pode oferecer as condições para o trabalho dos meninos. Nesses casos, as crianças passam a ser ajudantes de marcenaria e outras profissões, vendedores de bens alimentícios que são obtidos pelos pais. Observamos, por exemplo, os meninos que vendem legumes e verduras que os pais produzem nas lavouras próximas à cidade de Brasília; outros que vendem os peixes que os pais pescaram. Existe também os que auxiliam nas atividades produtivas de seus pais como ajudantes de motoristas, de venda instalada nos “barracos” e de lavagem de roupa (levando e trazendo as roupas que são lavadas “por fora”).

O mercado formal pouco representa em termos de oportunidade para os meninos. É no mercado informal onde eles têm maiores oportunidades de desenvolver sua prática produtiva e com bastante frequência o fazem através da prévia participação dos pais neste último mercado.

Quando do levantamento inicial, entre os 41 meninos, apenas 5 não estavam matriculados na escola de 1º grau. Quando retornamos, uns 3 meses depois, ouvimos que outros também não estavam estudando mais. A preocupação dos pais volta-se para aqueles que não sabiam “nada”, os que já têm “a leitura”, pelo menos, já não era inquietante.

Alguns nos disseram que os filhos sempre frequentam e vêm frequentando a escola, mas até então são muito “fracos de leitura, não sabem nada”

Observamos que alguns desses trabalhos deixam os pais intranquilos: vender peixe, laranja, etc. é perigoso porque “se a Saúde Pública souber, não deixa e toma tudo”.

Podemos verificar, ainda, que alguns desses trabalhos exigem bastante das crianças: os dois que ajudam a mãe, que é lavadeira, são pequenos e carregam várias trouxas de roupa, por dia, tendo que tomar ônibus para isso várias vezes estar no local de trabalho às 3 horas de manhã, vão para a escola num período e retornam ao serviço para cumprir outro horário. O que olha carro em estacionamento, o faz geralmente à noite, ficando ali até bem tarde. Os rendimentos auferidos são muito poucos.¹⁹

B – Condições Objetivas que Favorecem o Trabalho das Crianças

A posição social, ou forma como as famílias estão inseridas na estrutura social urbana determina, em grande parte, papéis sociais atribuídos às crianças. É, então, esta posição de classe o elemento principal para explicar porque algumas crianças assumem o papel de vendedores de força de trabalho tão prematuramente

Como visto anteriormente, essas famílias são levadas a adotar uma série de medidas para assegurar apenas a subsistência. Isso implica na tomada de decisão que se bem podem não ser desejadas tornam-se vitais, como a decisão de que o filho trabalho para auferir uma renda:

“Ele faz o servicinho porque a necessidade é quem obriga”.

¹⁹ Cabe ressaltar que dois ajudantes de padaria, que têm de estar no serviço às 3 horas da manhã, recebem cerca de Cr\$ 400,00 cada um.

“... a gente é fraco... o servicinho dela é pra ajudar a gente no alimento das crianças. Mas não é que eu achava podia trabalhar assim muito nova, mas é o jeito”.

O trabalho da criança é, então, um recurso mobilizado para sobreviver porque o baixo nível de renda determina a necessidade de fazer uso de todos os recursos humanos do grupo familiar, e determina, assim, a idade na qual a criança será inserida na sociedade como força do trabalho.

A utilização das crianças não se limita à sua inserção no mercado de trabalho, mas inclui a sua participação ativa como força de trabalho dentro do grupo doméstico. A primeira participação é chamada de trabalho e a segunda de ajuda aos afazeres da mãe:

“Ela (a de 10 anos) estuda. Ajuda a mãe, é obrigado a ajudar. Acontece que uma menina dessa aí já pode servir pra cuidar de uma criança ou alguma coisa... é o jeito ela ficar em casa pra ajudar a mãe porque ela estuda também”.

“... menina trabalhar só assim em caso igual a essa minha que trabalha aqui em casa e tanto faz fazer bem feito como não fazer... eu sou mãe dela mesmo e não tem pobrema... toma conta desse barraco todinho, dessas três crianças. Trabalho fora e o marido chega 10 horas de noite. Ela dá conta...”.

A “ajuda à mãe” é indubitavelmente uma forma de mobilização do trabalho da criança com o objetivo de liberar a força de trabalho do grupo doméstico que é melhor remunerada no mercado de trabalho, em alguns casos. É neste sentido que o trabalho da criança doméstico que é melhor remunerada no mercado de trabalho da criança dentro do âmbito doméstico pode ser considerado como trabalho gerador de renda:

- embora não seja retribuído em termos de remuneração, pode permitir a outros membros do grupo a possibilidade de estarem inseridos no mercado de trabalho de modo a perceber rendimentos necessários à manutenção da família. Vejamos, se a mulher tem um emprego, que a obriga a ficar parte do dia ausente, a criança fica responsável pelo cuidado de casa (pela vigi-
lância dos irmãos menores, o preparo da alimentação e outros serviços).

Por outro lado, essas tarefas são essenciais para satisfazer necessidades básicas da família da família: na falta de condições de ser contratada mão-de-obra para isso, o trabalho doméstico executado pela criança pode ser calculado em termos de renda, tanto pelo tipo de serviço quanto pelo tipo de serviço quanto pelo tempo dispendido.

Os rendimentos econômicos do trabalho das crianças servem dois propósitos. Em primeiro lugar, cobrem despesas de vida da própria criança, liberando, dessa forma, os pais de terem que alocar recursos para ela. Deste ponto de vista, o trabalho da criança resolve apenas indiretamente os problemas de sobrevivência do grupo familiar porque a criança torna-se mais um indivíduo independente do que um fornecedor dentro de uma economia comum, em segundo Lugar, a renda auferida pelas crianças pode ser utilizada para satisfazer necessidades dos outros membros da família. Visto desta perspectiva, a criança que trabalha torna-se crescentemente imprescindível como membro do grupo familiar.

A situação da criança que trabalha a conduz a ter que assumir, deste muito cedo, sua própria individualidade e o papel de membro ativo do grupo familiar.

Os fragmentos de entrevistas, a seguir, demonstram essa situação:

“o importante no trabalho deles é que têm necessidade de vestir, de calçar, de alguma coisa que tem necessidade e os pais não podem dar né! Então ajudar os pais também a criar os outros, e muitas coisas que a gente tiver necessidade...”

“ela está trabalhando só pra ajudar a gente no alimento das crianças, nas outras coisas não!: lordeiro de roupa e essas coisas assim a gente não pode comprar, mesmo tudo cara – então, é mesmo alimentar né!”

“trabalhar pra poder ajudar a levantar os ossos dos pequenos... pra ajudar em casa e pra ajudar a limpá ele: é se vestir, calçar, porque acontece que a gente é fraco e não pode comprar. Ele trabalhando já ajuda também pra comprar sua roupinha. Ele fazendo pra ele já dá... quando fica assim de 15 anos acima já quer andar de outro jeito – de vez em quando a gente pode mas não dá sempre, toda vida – tem muito fio, só eu tenho 7, o maior é ele”.

“para ajudar o pai – o pai ganha muito pouquinho então eles trabalham pra ajudar, pra ajudar os outros que não trabalham! O trabalho deles ajuda bastante – é porque o meu marido ganha pouquinho e sofre da coluna aí tem tempo que ele não trabalho, quando fica doente e quando ele está doente aí quem faz as coisas em casa é os dois filhos”.

“a criança foi lá buscar um peixinho no lago, aí a gente vende compra um quilinho de arroz... 4 pessoas dentro de casa pra comer, vestir, calça...”

“o que ele ganha é só mesmo pra ele mesmo se vestir se calçar, porque ele é meu irmão... não tem mãe... ele não ajuda a gente, faz por ele”.

“ele trabalha pra ele, pro estudo dele; pra comprar os material que é muito caro, o que ele desejar dele ter pra vida dele, pro futuro... o que ele ganha não é só pra ele também: ele me ajuda, que eu tenho prestação, às vez eu tô aí sem dinheiro e ele tendo dinheiro aí eu pego dele, ele não faz questão também... no dia de amanhã, porque eu tou velha , dando na idade, se a mamãe cair doente já tem vocês pra socorrer, pra ajudar...”.

“o trabalho dos filhos é importante porque eles existe e ficar assim parado era pra nós: eles fazendo alguma coisa já ajudando, coopera com as despesas”.

As necessidades básicas para a sobrevivência são evidenciadas nos discursos e é para fazer frente a essas que, objetivamente, a criança deve trabalhar. Ela participa nas despesas de alimentação, vestuário e, até mesmo, de seu trabalho depende o sustento de toda a família, por um período de tempo, ou de modo permanente²⁰. A sobrevivência, nestes termos, é evidenciada tanto no momento presente quanto na perspectiva do futuro, o que vem a demonstrar a insegurança no amanhã. Os pais podem adoecer e isto, provocado ou agravado, pela situação de pobreza, é claro, uma vez que “até o alimento pra comer falta”, “água falta”, residem num ambiente sem as mínimas condições de habitação (sem saneamento, onde as poças de água parada exalam mau cheiro, lixo espalhado, moscas ao redor, etc.). Vimos, no capítulo que trata da representação do trabalho em termos genéricos, que a expectativa de vida campo-cidade se diferencia – enquanto observam que no mundo rural o indivíduo trabalha muito até 70/80 anos por ter mais saúde, na cidade a expectativa é de que aos 50 anos já tenha diminuída sua capacidade de trabalho mediante o enfraquecimento de seu organismo pela doença. Lá verificamos a representação social, como organizam certos fatos que aqui mostramos objetivamente existem. A

²⁰ Entre 31 famílias que regularmente contam com rendimento dos menores, uma depende exclusivamente desse rendimento e uma tem nele a maior parte da renda familiar. Nas entrevistas, verificamos que em períodos de doença dos pais, à criança vai caber o sustento do grupo, mesmo que não estivesse trabalhando regularmente, desde então, deverá passar a fazê-lo.

criança, como fator de produção, é uma segurança, mínima que seja, tanto para a própria sobrevivência quanto dos irmãos menores e dos pais. Não há garantia no sistema social, pois “os outros precisam descobrir o que se passa”, segundo eles; o governo é “algo distante”, portanto, de onde nada conseguem concretamente; o “INPS” garante a consulta médica e o internamento, mas a compra dos remédios não e isso foge a qualquer rendimento que possam, se o acaso, auferir como “encostados” ou aposentados;

“eu estou com uma criancinha aqui que nasceu com pobrema de coração... todo dia a gente tem que comprar remédio e não tem dinheiro... toda vez que via no hospital a médica passa remédio e é só remédio caro. Na semana passada, compramos um remédio da receita de 300 e tantos cruzeiro, tomando dinheiro empresado. Então, tudo é pobrema e os filhos têm de trabalhar novinho, às vez de 10 anos”.²¹

As condições de vida observadas podem ser melhor compreendidas organizam-se certos fatores a essa população, numa inter-relação causal. É o “círculo vicioso da pobreza”. Esta pode levar à doença e a doença a um maior empobrecimento:

POBREZA MAIS DOENÇA, LEVA A MAIS POBREZA (P+D=P')

Processo no qual um fator negativo é, simultaneamente, causa e efeito de outros fatores negativos²². O baixo nível de vida leva o indivíduo a uma subnutrição e a residir em locais sem as mínimas condições sanitárias, o que já é, cumulativamente, propício à doença; mediante esta, a capacidade de trabalho diminui, produzindo menos e ficamos mais pobre

A criança é força de trabalho que, produzindo, participa da sobrevivência do grupo familiar. Para ela, por sua vez, também subnutrida, nas mesmas condições de moradia, etc. acrescenta-se o baixo rendimento escolar... e o somatório desses

²¹ A renda familiar é de Cr\$ 4 174,00 mensais e o casal tem oito filhos menores.

²² Cf. Myrdall, quando se trata sobre “O Princípio da Causação e Acumulativa” (1968:31)

fatores levará, via de regra, a reproduzir uma nova geração nos moldes de geração dos pais.

Vimos as condições objetivas que levam as crianças a trabalharem. A seguir, analisaremos a maneira como é encarado culturalmente o trabalho da criança.

C – O Nível Cultural

1. Representação Social da Criança

A criança é representada em oposição aos adultos, em termos genéricos, no seguinte

PESSOAS

Criança	Adulto
- não-responsável + obediente	responsável + não-obediente -

Portanto, a criança se opõe ao adulto por duas características mais amplas, uma negativa e outra positiva. A não-responsabilidades é a que se afigura mais no discurso, onde há preocupação em destacá-la e explicá-la e pouca atenção os entrevistados dão à criança de modo a fazê-la seguir suas orientações – é a ponta de equilíbrio da relação entre as duas categorias Adultas/Criança, a intermediação:

“... e logo esse de menor a gente pode falar assim: cês faz isso, eles atende né ! o de maior não”.



Observa-se que a criança é menos responsável quanto menor for a sua idade, embora, por parte dos entrevistados, haja diversidade quanto à idade em que a criança já passa a ter alguma responsabilidade.

Selecionamos alguns depoimentos que demonstram o que significa essa não-responsabilidade, justificando a concepção da criança. O que é comum ao sexo masculino e feminino é que:

- é um “povo de menos pensamento”.

“é falta de pensar, de juízo porque é falta de uma mentalidade: às vezes, pensa uma coisa e acontecendo não ser o que pensa. É de pouco pensar”.

“o povo de menor é um povo demais enfraquecido que a gente de maior pensa mais na dificuldade e o mais novo parece que é um povo que leva assim o pensamento no estudo deles, tal, tal, maquina no estudo, no grau de aumentar o grau, mas deixa que há muitas coisas que falta...vivo só pensando nas dificuldade e confusão que aparece... não é pelo juízo, mas parece que não é tão responsável justamente porque ainda não tá de maior”.

“porque só vendo,... menino... só pensa mesmo o que não interessa”.

- leva tudo na “brincadeira”.

“Antes do 18 anos a gente acha que é criança, a gente não confia, tem de estar de perto. Sai aquele menino de menor... não tem aquela responsabilidade igual um da gente que tem né! quer dizer que uma criança de 12 anos não é como a gente que sai e tem aquela responsabilidade e eles não – só leva aquilo na brincadeira”.

A percepção da criança como não-responsável implica a necessidade de controlar sua moralidade sua moralidade e de fazê-la assumir sua posição de classe. Assim, se observa duas representações: uma que tem a ver com a moralidade de meninos e meninas e outra que tem a ver com as limitações do lazer.

Os maiores cuidados que os adultos devem ter dizem a respeito à tendência de ambos os sexos a se desviarem para um caminho não condizente com os padrões morais de sociedade. Isso se deve, atende-se, à dupla natureza das pessoas: boa e ruim, sendo que, por sua “fraqueza”, inerente à condição de criança, o lado ruim, representado pelo mundo-rua possa ser mais forte que o lado bom, representado pela casa-lar:

“não ficando atoa tá sempre ocupado e não tá aprendendo coisa da rua”

“enquanto a gente sai pra trabalha eles ficam aí só andando aí, pesquisando só muita coisa que não presta – é só o que eles faz”.

“menino a gente tem que começar com ele é de pequenininho mesmo – porque se deixa crescer já começa a aprender tramure”.

Referem-se às meninas, destacando a tendência ao “mundanismo”:

“receio de mundanismo... as meninas são mais influídas”.

Pois gostam de namorar e, nesse sentido, obedecem menos, portanto, o controle é maior, até uma idade mais avançada que com relação aos meninos, que também são controlados nesse aspecto, porém, em menor grau. Estes, têm tendência a “marginalidade”²³:

“meu marido disse não... que tem mais facilidade dele se marginalizar... que lá fora tem contato com toda qualidade de gente”.

O perigo aí é representado pelo roubo, maconha, bebida alcoólica, principalmente. Nesse sentido, há perigo de roubo, pequeno, para as meninas, mas pouco em relação aos meninos.

A diferenciação quanto aos sexos é melhor compreendida quando observa-se a trajetória de vida do “menino-homem” e de “menino-mulher”:

A diferenciação quanto aos sexos é melhor compreendida quando observa-se a trajetória de vida do “menino-homem” e da “menina-mulher”:

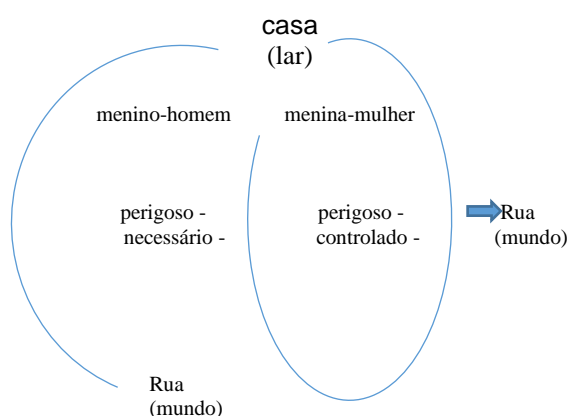
Temos aí dois níveis diferentes de interação com o mundo. O menino vai à rua, é o seu caminho, embora ligue-se ao lar, mas de modo diverso: a sua trajetória é aberta – quando adulto deverá ligar-se ao lar, mas sempre voltado à rua, onde deverá buscar o sustento da casa. A menina tem que passar pela rua, mas não vai a ela na sua trajetória que demonstra um círculo fechado: lar □ lar (quando menina, com os pais quando adulta, através do casamento).

²³ Categoria do Grupo

O mundo é perigoso para os dois sexos, porém, os perigos são mais específicos a um e a outro. Se as meninas forem levadas para o “mundanismo”, entende-se que o fechamento ideal de sua trajetória de vida que é o lar, embora não seja impossível, é bem mais difícil. Essa tendência negativa pode trazer, se não controlada, a quebra da “pureza” imposta à mulher como padrão para o casamento. O namoro é necessário como pré-condição para o casamento e as meninas tendem a ele, porém por serem de “menos pensamento” o namoro traz riscos para o futuro.

FIGURA II

GENTE (PESSOA)



Podemos observar as limitações de lazer na maneira como se representa o brinquedo. Em nenhum momento de nossas entrevistas nos referimos ao brinquedo das crianças, mas esse fator é uma constante no discurso.

Entendemos que consideram tal elemento como parte da vida da criança. Porém, não reforçam isso e até mesmo se opõem a ele. O brinquedo está em oposição ao trabalho, do momento em que passam a considerar os filhos em condições de exercer uma prática produtiva, mesmo que não desejem isso. O brinquedo se contrapõe a esse trabalho e é sempre representado com restrições ou negativamente, pois

trabalho - tempo ocupado

brinquedo – tempo desocupado

embora se preocupem em comprar brinquedos para os filhos:

“E como eu disse pros meus filhos: na hora de trabalhar é trabalhar e na hora de brincar, de brincar... aliás, eles nem têm tempo de brincar – na horinha que sai de bicicleta assim já tenho que chamar que tem hora marcada de sair – é tudo com ordem, no meu pensar, porque minha criação foi assim”.²⁴

As crianças tendem ao brinquedo, como os próprios adultos o colocam, mas tudo deve voltar-se para o futuro, que é o trabalho. A própria criança, como vimos em capítulo anterior, é representada como aquela que “leva tudo na brincadeira” o que é oposto ao adulto que tem “responsabilidade” e, portanto, não leva as coisas na brincadeira... trabalha:

A justificativa do trabalho da criança como forma de ocupação de seu tempo, a nosso ver, tem como fundamento a impossibilidade de que o tempo disponível seja preenchido satisfatoriamente com diversões e benefícios sociais não acessíveis a essa população. O brinquedo, como vimos, pode suscitar, segundo eles, o desejo nas crianças de possuir o que os pais não podem dar: não podem dispor de sua renda para comprar o que não é indispensável para a subsistência, pois, “até o alimento falta”. A concepção de tempo ocupado significa desejar menos objetos assim como também é uma segurança para os pais no sentido de não se desviarem dos padrões culturais adotados pelo grupo familiar ao se relacionarem com outras pessoas. A criança que trabalha se cansa fisicamente e não vai ter disposição para se ausentar da própria casa:

“... trabalha, passa o dia no serviço e de tarde já vem mesmo disposto a ficar em casa... não vai malandrar nem nada... por que o menino só pensa mesmo o que não presta e junta com os outros coleguinhas e aí só vendo...”.

²⁴ Justificam em termos de sua própria vida quando criança.

O divertimento para a criança aparece, em termos positivos quando ela começa a trabalhar, uma vez que já tem, ela mesmo, condições de manter as despesas “extras”:

“... então, eles trabalha, ganha aquele dinheirinho deles – se eles quer ir pro parque eles já tem o dinheirinho deles, se quer comprar uma coisinha pra eles então não ficam pedindo: mãe me dê tanto, pai me dê tanto... a gente não pode dar e então fica com dó de não poder dar porque não tem e eles já trabalhando quer dizer que eles já tem as coisinhas deles e já não precisa tar pedindo pra gente”.

FIGURA III

BRINQUEDO

tempo desocupado

perigoso para a criança

vai aprender
o que não
presta

vai querer mais
coisas e os pais
não podem dar

vai ter moleza e
não vai querer
trabalhar no
futuro

pode mexer
nas coisas dos
outros
(pequeno roubo)

2. Representação do Trabalho da Criança

Embora o trabalho seja considerado intrinsecamente bom, diante das condições em que as realiza pode se tornar prejudicial. É por isto que ao nível das representações dos adultos o trabalho remunerado da criança é desejável para uns e indesejável para outros. O trabalho da criança é avaliado por todos a partir da transitoriedade de seu estado, isto é, em todos os casos observa-se a preocupação pela atividade presente da criança em função do seu futuro. O adulto do futuro é concebido antecipadamente como sendo um trabalhador, sem nenhuma ambiguidade. As diferenças de opinião, entre uns e outros, encontra-se na maneira considerada adequada para formar este trabalhador. Para uns, esta maneira é a educação formal, para outros, é o próprio trabalho. De acordo com cada um destes supostos o trabalho da criança é concebido como sendo desejável ou indesejável.

Os que argumentam em favor do estudo consideram que o trabalho da criança é prejudicial à sua formação pois ela corre maiores riscos por ser “imatura” para defender-se de um mundo que é “perigoso”. A criança deve ser vigiada e controlada no âmbito do seu lar. Fora do espaço doméstico perde-se o controle sobre ela num período de tempo e há o risco de se desviar dos padrões que lhe são impostos pela família em face de outros que lhes serão mostrados na “rua”. A criança deve estudar porque só assim estará bem habilitada para trabalhar no futuro em condições mais favoráveis.

“pelo meu gosto meu menino (12 anos) tava trabalhando, mas meu marido disso não... não concorda que o menor trabalha... que lá fora tem contato com toda qualidade de gente e então diz que... não sei nem dizer”.

“acho que atrapalha os estudos né! tem muito garotinho aí que deixa de estudar para trabalhar... eu acho muito errado... hoje em dia só tem valor quem tem estudo, só arranja emprego que tem estudo – só mais o estudo, estudo...”.

Aqueles que consideram o trabalho desejável argumentam que este é um adestramento para o período posterior quando, como adulto, deverá desempenhar seu papel “efetivo”²⁵ como um dos agentes produtivos do sistema econômico:

“eu acho assim que ele ia pegando gosto assim no trabalho e futuramente ele já estava mais responsável, quando atingisse a maioridade, de que ficasse assim menino, nunca trabalha, então quando chegar a idade de trabalhar muitos dele num quer nem trabalhar porque só encontrou moleza na infância. Acho que trabalho num prejudica ninguém. Eu penso assim mas meu marido num pensa”.

Isto que acabamos de descrever é a opinião explícita dos entrevistados. No entanto, pensamos que subjacente a estes depoimentos existe uma rejeição ou aceitação enquanto conceberam os filhos como sendo parte da força do trabalho no futuro. De fato, aqueles que consideram o trabalho da criança indesejável parecem recusar a antecipação da proletarização de seus filhos, recusam-se a antecipar o futuro.

Retomando os dados, temos que para avaliar o trabalho das crianças se faz uso de três categorias:

- condições de rua
- imaturidade da criança
- saúde da criança

Na avaliação estão sempre presentes estas categorias, mesmo que as conclusões a respeito de quão desejável ou indesejável possa ser o trabalho das crianças variam de pessoa para pessoa. Assim, podemos observar a utilização das mesmas categorias tanto para dizer que o trabalho é desejável ou indesejável.

A seguir, demonstramos os dois tipos de argumentação: (Tabela VI)

²⁵ Colocamos o termo efetivo entre aspas querendo demonstrar que não é condizente com a realidade, sob certos aspectos: de fato, a criança ao estar inserida no mercado de trabalho, efetivamente, como o adulto, é um fator de produção.

Poderia-se dizer que condições da rua e imaturidade da criança estão num mesmo nível. De fato, porém, a separação nos é dada discurso porque o mundo é perigoso para a criança em duas dimensões:

- 1) pelas condições que independem da pessoa;
- 2) pela própria pessoa que pode “se prejudicar” por ser imatura, não ter a responsabilidade do adulto, por ser criança e tender para o lado meu (ver representação da criança) quando fora do controle dos pais.

TABELA Nº VI

CATEGORIAS DE AVALIAÇÃO	CONDIÇÕES DA RUA	IMATURIDADE DE CRIANÇA	SAÚDE DA CRIANÇA
Mediação	Há contato com o mundo que é perigoso	Relaciona-se com pessoas fora do controle dos pais	Há influência no seu corp
<p>O trabalho é indesejável por que prejudica a criança que</p> <p>O trabalho é desejável porque a criança que</p>	<p>“perigo de trabalhar, ir lá pro Plano[□], tem até pra adulto né! A criança-homem tem o perigo de um assaltante, ser atropelado por um carro, qualquer coisa assim, e a mulher tem outros perigos mais diferente... essa aqui mesmo estuda e eu tenho medo porque sai de casa, aí sai da escola... vai pegar o ônibus: quem sabe o que está esperando ela na parada?... mulher, homem pode mexer com ela e homem é mais difícil – só assim mesmo pra mater, tomar um dinheiro”</p> <p>tendo o tempo ocupado “não vai ver o que não presta na rua, inventar moda ruim...”</p>	<p>por ser de “menos pensamento”: “pode se marginalizar”– há o “perigo de mundanismo”– “aprende as coisas ruins da rua”</p> <p>“tanto trabalhando... já tem responsabilidade”... “ele diz que é adulto”</p>	<p>“na cidade é difícil... a criança fica cansada muito cedo”</p> <p>vai ter saúde, pois “trabalhando vai desenvolver mais”</p>

[□] Cidade de Brasília.

A tabela nos mostra que a avaliação do trabalho é feita com as mesmas categorias e a percepção da realidade é diferente. Porém, o que é necessário ressaltar não diz respeito apenas à percepção diferencial e sim que está e mesmo oposta. Isso nos leva a observar que há contradições bem definidas a nível das representações de um grupo de indivíduos que se situam em uma mesma posição na estrutura social e têm condições de vida semelhante.

A “rua” é perigosa para a criança, mas o trabalho vai desenvolver tanto lhe possibilitará correr todos os riscos dessa rua, quanto o mesmo trabalho, para outras pessoas, é o elemento que não permitirá que a criança sofra a influência “do que não presta” aí. Uns se preocupam com a segurança física da criança quando em “contato” com o “mundo” e outros voltam-se para os aspectos morais que poderão influenciar a criança nesse “mundo”. A oposição é evidente.

O trabalho é desejável pois levando-se em conta que a criança é imatura essa tenderá a se desviar dos padrões que lhe são fornecidos pela família ao ter contato com estranhos. Para outros, é exatamente através do trabalho que a criança adquire a maturidade de que é carente por sua própria idade.

A saúde é ameaçada pelas condições de trabalho na cidade enquanto que, para outros, o desenvolvimento físico da criança depende desse trabalho simplesmente.

Já vimos que o trabalho levado a efeito pelos meninos e as meninas é diferente. A seguir, apresentaremos fragmentos de entrevistas, destacando como essas diferenças são representadas pelos pais.

O Trabalho Feminino

Há uma maior preocupação e cuidado com a parte “perigosa” do trabalho das crianças, representada pelo sexo feminino quanto a ter que ficar fora de casa.

Em termos ideais, as meninas só deveriam sair para o trabalho com mais idade que os meninos:

“menina-mulher já essa aí não tenho vontade de botar para trabalhar agora não, mas ele eu tenho... acho difícil assim porque elas são mulher, mocinhas assim – do jeito que as coisas anda... quero que Deus me ajude que não vai ser preciso botar elas pra trabalhar não - é só estuda”.

Ao indagarmos sobre a idade que elas poderiam trabalhar, encontramos, com exceções de um depoimento, o mínimo de 15 anos até mais de 18 anos:

“com a idade de 15 anos já deve tomar reponsabilidade (porque eu comecei a trabalhar eu tinha 7 anos de idade)... antes é muito novo e acho que não tem responsabilidade nenhuma não”.

De outro lado, vemos que as condições precárias de vida do grupo doméstico levam as crianças do sexo feminino, muitas vezes, a “sair” para o trabalho contrariando padrões ideais:

“Eu acho que a criança deve trabalhar, mas a idade melhor pra trabalhar, eu acho, o menino com 15, 16 anos já pode... a moça é que deve ser com 18 anos mínimo. Mas a moça sai com menos, 16 anos, porque tem de sair né!”

“... a idade de trabalhar é de 18 anos acima – bom, minha filha tá de 16, mas mesmo assim pra parte feminina eu acho perigoso”.

O receio quanto a esse trabalho “fora de casa” relaciona-se aos perigos que cerca as meninas na “rua”, o que ficou definido quanto tratamos da trajetória de vida da menina-mulher, na parte sobre a representação social da criança.

Julgamos conveniente explicar, nesse momento, que verificamos as diferenças acentuadas de meninos e meninas que trabalham de modo a auferir rendimentos, encontramos as crianças do sexo feminino quando, nas respectivas famílias, essa eram de mais idade que os meninos ou quando não havia crianças do sexo masculino. Chegamos a ouvir que “as meninas são mais ligeiras pra trabalhar” que os meninos... é mais fácil colocar elas pra trabalhar”, ou seja, é mais fácil em-

pregar meninas, pois há muitas oportunidades de emprego como domésticas e, nesse sentido, conta-se com o desempenho delas na própria casa, tenho por obrigação os afazeres do lar, e já podem se desenvolver bem no serviço fora. Os meninos não.

Isso nos leva a pressupor que a percentagem relativamente pequena das meninas que trabalham fora do âmbito doméstico, em relação aos meninos (demonstrado no capítulo I e na parte a seguir), pode ser explicada com referência a aspectos culturais da população estudada.

No depoimento de uma menina fica evidente, por outro lado, que o trabalho como doméstico é considerado negativo²⁶:

“nós não trabalhamos porque nosso pai não quer que a gente trabalhe, né! quer só o estudo. Ele pensa assim que quando a gente estudar mais diante a gente tem um trabalho melhor que ficar aí trabalhado de doméstica não dá a minha irmã que está na 5ª. série quer ser professora – eu quero enfermagem...”

O Trabalho Masculino

Ficou evidente que ao indagarmos sobre o trabalho dos filhos menores, de um modo geral, o pensamento dos pais volta-se imediatamente para os do sexo masculino, demonstrando a sua importância e a sua prioridade em termos do trabalho do sexo oposto com vistas à complementação da renda familiar.

A idade que considera-se viável para o início de seu trabalho, nos depoimentos, vai de um extremo a outro: de 7 até os 18 anos, porém em sua maioria, entre 12 e 15 anos:

“Acho que a criança deve trabalhar porque esse meu garoto aí vai fazer 14 anos e eu estou doida pra botar ele pra trabalhar... o menino de 13 pra 14 anos para cima já pode, depende do tamanho”.

“... in desde que ele completa 7 anos já arrumasse um serviço já podia trabalhar né!”

²⁶ Nesse grupo familiar, a renda do pai é acrescida com o salário do filho.

“... desde que os pais não tenham condições de sustentar os estudo do filho. Tendo, é diferente, pode aguentar mais, deve começar a trabalhar com uns 18 anos”.

“o menino-homem completando uns 12 anos já tá na idade mesmo de começar a trabalhar”.

As respostas para esses limites resumem-se nos aspectos relativos a não terem as crianças a responsabilidade necessárias, a dificuldade de pegar transportes e ser uma possibilidade de ajudar nas despesas com os estudos, após os 12 anos ou mais.

Vemos, também, que a necessidade da parcela de contribuição da criança com a renda familiar vai ferir o padrão idealizado pelos pais quanto à idade que o menino deve trabalhar:

“Ele faz agora o servicinho porque a necessidade é quem obriga. Mas, graças a Deus... muitos aí que têm pai e mãe pintam o diabo, roubam, tomam maconha, vivem bêbado, é com tudo que não prestam. Os meus não!”

“Nós não temos condição de ter criança até 18 anos só estudando só. Tem que ser já trabalha e ao mesmo tempo estuda... os filhos da gente sendo fraco assim igual a nos mesmo, já tou botando eles no serviço porque é o jeito né!”

CONCLUSÕES

O trabalho da criança explica-se como um recurso de sobrevivência, entre diversos outros, em face das grandes dificuldades de vida das famílias estudadas. Se há razões objetivas que explicam o trabalho da criança e que decorrem das pressões econômicas, também há razões subjetivas que são as representações culturais dessa população: os valores culturais não entram em conflito com o trabalho da criança. Este é representado, repetimos, como um aspecto da natureza do ser humano, “um tipo de manter quase dum alimento”, “quem não faz nada... vive muito mais pouco... o menino que está acostumado a trabalhar desenvolver bem mais do que o que fica atoa.” O trabalho é relacionado à saúde do corpo, assim como condição imprescindível para o reconhecimento social do indivíduo. O que pode ser negativo são as condições em que o trabalho se realiza.

Não há, então, qualquer contradição entre o trabalho das crianças e a maneira como se pensa que devem ser socializados. Tem-se uma contradição, isto sim, entre o trabalho e a educação formal. Essas pessoas entendem que a valorização do trabalho de seus filhos, no futuro, e, portanto, uma melhor qualidade de vida, está relacionado à escolaridade – tanto a educação quanto o trabalho são desejáveis. Porém, as condições objetivas de vida não permitem, geralmente, os exercícios de um e outras atividades. Ressalta-se que, se bem as duas atividades sejam desejáveis, elas são valoradas de maneira diferente. A distinção é dada por ser o trabalho desejável em si mesmo, enquanto o estudo é desejável como um instrumento. Podemos até dizer, que a educação em si mesma é pouco ou nada valorada, chega a não ser “interessante” porque “os estudos para eles é contramão”, “a pega do es-

tudo é uma coisa que perturba muito juízo da gente”, mas na cidade “só vale quem tem leitura”. Esses indivíduos não sabem exatamente o que é esse tipo de educação e nem têm ideia do que esta pode oferecer em termos concretos para o exercício da prática produtiva, a não ser “saber a leitura”. E mesmo as crianças não demonstraram perceber qualquer relação entre a educação e o trabalho futuro, ou seja, sabem que precisam estudar, porém, não vinculam objetivamente os dois elementos... eles precisam ter uma profissão, mas esta profissão não está vinculada com o aprendizado da escola e sim com o trabalho mesmo. O acesso à escolarização, para esse estrato social, não vai além do primeiro grau, sendo em número muito reduzido as crianças que conseguem chegar à 8ª. série. O que aprenderam aí que de fato lhes servisse para ter uma profissão? Apenas a “leitura” mesmo. O sistema educacional brasileiro não atende às necessidades mais prementes da população de baixa renda e, portanto, a forma como os grupos familiares pesquisados entendem a educação formal é coerente com a realidade.

As nossas conclusões, propriamente ditas, são quase evidentes:

- em primeiro lugar, o trabalho da criança só é inteligível quando considera-se a inserção de seu grupo doméstico dentro da estrutura de classes;

- em segundo lugar, o trabalho não deve ser confundido com a marginalidade, nem associado diretamente com a desestruturação da família. Observamos que tanto famílias perfeitamente estruturadas quanto as desestruturadas têm crianças trabalhando de modo a auferir rendimentos.

A explicação desse trabalho não está, assim, nas condições de famílias em si mesma, mas na inserção dos seus elementos em uma classe social específica e nas representações que os grupos fazem a respeito do que é trabalho e porque se

trabalha e, conseqüentemente, o modo como representam o processo de socialização dos indivíduos.

É preciso rever, à luz da observação participante, as teses que: 1º) enfatizam a ideia de desestruturação da família proletária e 2º) o trabalho da criança como resultado dessa desestruturação. No momento, levantamos essa questão como um ponto de reflexão na medida em que a nossa pesquisa não aponta nesse sentido. Em alguns grupos familiares estudados a ausência de uma figura masculina adulta impõe a necessidade do trabalho da criança, mas temos também que a maior parte desses grupos familiares são muito bem integrados.

Esse fato sugere que o trabalho da criança deve ser visto com uma expressão de solidariedade do grupo em vez de uma expressão de desestruturação. Isso é verbalizado pelas crianças quando dizem:

“Quero trabalhar pra quando eu crescer pra ajudar minha mãe, comprar minhas coisas por que aí minha mãe precisa comprar minhas coisas, já não precisa se preocupar”.

“... queria trabalhar... em qualquer coisa aí (no Paraná não tem) pra ajudar em casa”.

Resumindo, não se pode explicar o trabalho da criança com base nas características individuais dos membros adultos do grupo familiar ou apelando à fragilidade da família operária. De fato, o trabalho da criança demonstra o alto grau de solidariedade dessas famílias. A questão da criança ser inserida prematuramente como força de trabalho no mercado formal ou informal só é inteligível quando se toma em consideração a extrema situação de privação da classe proletária... se as crianças trabalham sem “garantias” no mercado informal é porque é este que lhes possibilita alguma atividade produtiva, por ser mais flexível em termos de absorção de mão-de-obra com baixo nível de escolarização e qualificação profissional.

ANEXOS

E

BIBLIOGRAFIA

ANEXO I

LEVANTAMENTO – VILA PARANOÁ

(junho-1979)

DADOS REFERENTES AO CHEFE DA FAMÍLIA (pai):

1. Residência do senhor: _____
Rua: _____ Nº _____
2. Há quanto tempo reside no Distrito Federal (DF)?

3. Local de nascimento _____ Estado: _____ Zona: Rural () Urbana ()
4. Local onde residia antes de vir para o DF:
_____ Estado: _____ Zona: Rural () Urbana ()
-
5. Quantas pessoas pertencentes à sua família residem nesta casa? _____
ADULTOS: sexo masculino _____ sexo feminino _____
MENORES (menos de 18 anos) e a idade de cada um:
Sexo masculino: _____
_____ Sexo feminino: _____

6. Quantos menores frequentam escolas?

-
7. Qual a renda mensal do chefe de família? Cr\$ _____
Qual a renda mensal da dona de família? Cr\$ _____
Outras pessoas adultas têm rendimentos?
1) Cr\$ _____
2) Cr\$ _____
3) Cr\$ _____
4) Cr\$ _____
-
8. MENORES QUE TRABALHAM (qualquer tipo de atividade remunerada, ou cooperação no trabalho de familiares, e o tempo dedicado essas atividades)

PREENCHER

O

QUADRO

ANEXO

.....

OBSERVAÇÃO: o entrevistador deverá acrescentar no verso as informações que
necessárias à pesquisa.

8. MENORES QUE TRABALHAM

<u>SEXO</u>	<u>IDADE</u>	<u>TIPO DE ATIVIDADE</u>	<u>RENDIMENTOS</u> (média mensal)	<u>PERÍODO</u>
a) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____
b) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____
c) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____
d) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____
e) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____
f) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____
g) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____
h) _____	_____	_____	Cr\$ _____	_____

ANEXO II

NÚMERO DE MEMBROS DOS GRUPOS FAMILIARES

NÚMERO DE PESSOA	NÚMERO DE FAMÍLIAS		TOTAL	%
	GRUPO II	GRUPO II		
2	-	9	9	7,3
3	1	20	21	16,9
4	2	19	21	16,9
5	1	18	19	15,3
6	3	4	7	5,6
7	5	7	12	9,7
8	4	2	5	4,0
9	7	7	15	12,1
10	3	3	6	4,9
11	3	2	5	4,1
12	-	1	1	0,8
13	1	-	1	0,8
14	1	1	2	1,6
TOTAL	31	93	124	100,0

ANEXO III

IDADE DAS CRIANÇAS – Grupos I e II

IDADE	SEXO		TOTAL	%
	MASCULINO	FEMININO		
Menos 1 ano	13	13	26	6,1
1	9	13	22	5,2
2	10	13	23	5,4
3	11	8	19	4,5
4	13	14	27	6,3
5	7	11	18	4,2
6	9	13	22	5,2
7	13	15	28	6,6
8	8	14	22	5,2
9	12	13	25	5,9
10	17	11	28	6,6
11	9	12	21	4,9
12	14	8	22	5,2
13	13	14	27	6,4
14	16	15	37	7,3
15	13	13	26	6,1
16	5	8	13	3,1
17	12	12	24	5,6
TOTAL	204	220	424	100,0

ANEXO IV

IDADE DAS CRIANÇAS – Grupo I

IDADE	SEXO		TOTAL	%
	MASCULINO	FEMININO		
Menos 1 ano	4	3	7	6,1
1	-	4	4	5,2
2	4	1	5	5,4
3	2	1	3	4,5
4	6	6	12	6,3
5	1	2	3	4,2
6	5	3	8	5,2
7	7	4	11	6,6
8	1	10	11	5,2
9	3	6	9	5,9
10	11	6	17	6,6
11	4	6	10	4,9
12	6	2	8	5,2
13	9	7	16	6,4
14	10	5	15	7,3
15	8	7	15	6,1
16	4	3	7	3,1
17	9	4	13	5,6
TOTAL	94	80	174	100,0

ANEXO V

IDADE DAS CRIANÇAS – Grupo II

IDADE	SEXO				TOTAL	
	MASCULINO	%	FEMININO	%	MASCULINO/FEMININO	%
Menos 1 ano	9	8,18	10	7,14	19	7,6
1	9	8,18	9	6,42	18	7,2
2	6	5,45	12	8,57	18	7,2
3	9	8,18	7	5,0	16	6,4
4	7	6,36	8	5,71	15	6,0
5	6	5,45	9	6,42	15	6,0
6	4	3,63	10	7,14	14	5,6
7	6	5,45	11	7,85	17	6,8
8	7	6,36	4	2,85	11	4,4
9	9	8,18	7	5,0	16	6,4
10	6	5,15	5	3,57	11	4,4
11	5	4,54	6	4,28	11	4,4
12	8	7,27	6	4,28	14	5,6
13	4	3,63	7	5,0	11	4,4
14	6	5,45	10	7,14	16	6,4
15	5	4,54	6	4,28	11	4,4
16	1	0,9	5	3,57	6	2,4
17	3	2,72	8	5,71	11	4,4
TOTAL	110	100	140	100	250	100

ANEXO VI

RENDA MENSAL DOS CHEFES DE FAMÍLIAS

RENDA MENSAL	NÚMERO PESSOAS				Em Cr\$	
	GRUPO I	%	GRUPO II	%	TOTAL	%
000	3	9,6	1 + 2*	3,2	6	4,8
ATÉ 1000	2	6,5	2	2,2	4	3,2
1001 a 2000	4	13,7	13	14,0	17	13,7
2001 a 3000	8	27,5	29	31,2	37	30,0
3001 a 4000	3	10,3	18	19,4	21	17,0
4001 a 5000	3	10,3	14	15,1	17	13,7
5001 a 6000	4	13,7	8	8,1	12	9,7
6001 a 7000	2	6,5	2	2,6	4	3,2
7001 a 8000	-	-	1	1,1	1	0,8
8001 a 9000	-	-	1	1,0	1	0,8
9001 a 14000	-	-	-	-	-	-
14001 a 15000	-	-	1	1,0	1	0,8
TOTAL (N)	31	100 (29)	93	100 (92)	124	100

ANEXO VII

RENDA FAMILIAR GLOBAL

RENDA FAMILIAR	NÚMERO PESSOAS				Em Cr\$	
	GRUPO I		GRUPO II		TOTAL	%
		%		%		
000	-	-	2	2,1	2	1,6
ATÉ 1.000	-	-	1	1,1	1	0,8
1.001 a 2.000	3	9,7	10	10,8	13	10,5
2.001 a 3.000	2	6,5	20	21,5	22	17,8
3.001 a 4.000	7	22,6	17	18,3	24	19,4
4.001 a 5.000	5	16,1	17	18,3	22	17,8
5.001 a 6.000	-	-	4	4,3	4	3,2
6.001 a 7.000	5	16,1	4	4,3	9	7,3
7.001 a 8.000	2	6,5	5	5,3	7	5,6
8.001 a 9.000	1	3,2	3	3,2	4	3,2
9.001 a 10.000	-	-	-	-	-	-
10.001 a 11.000	-	-	4	4,3	4	3,2
11.001 a 12.000	1	3,2	4	4,3	5	4,0
12.001 a 13.000	1	3,2	-	-	1	0,8
13.001 a 14.000	1	3,2	-	-	1	0,8
14.001 a 15.000	-	-	-	-	-	-
15.001 a 16.000	-	-	1	1,1	1	0,8
16.001 a 19.000	-	-	-	-	-	-
19.001 a 20.000	1	3,2	-	-	1	0,8
20.001 a 22.000	-	-	-	-	-	-
22.001 a 23.000	-	-	1	1,1	1	0,8
sem resposta	2	6,5	-	-	2	1,6
TOTAL	31	100,0	93	100,0	124	100,0

ANEXO VIII

O TRABALHO DE MULHER/ESPOSA

Quando nos referimos aos chefes de família queremos dizer tanto o homem quanto a mulher, se o caso. Relativamente, há poucas mulheres que trabalham fora do ambiente doméstico. Vejamos

Grupo I -. Encontramos 7 mulheres que são chefes de família (22,6%), porém, 5 trabalham para o sustento da casa. Vimos anteriormente que, em 2 casos a renda do grupo familiar não é auferido por elas e sim, em um caso, pelas crianças e em outro pelas filhas (duas crianças e uma adulta);

- Em 9 casos, a esposa também trabalha com vistas a auferir renda (29,0).

Temos, então, que cerca de 45,2% das mães de famílias e trabalha (17,2%)

Grupo II -. Temos 15 casos em que a mulher é a chefe da família e trabalha (17,2%);

- Em 19 famílias, a esposa também trabalha para complementar a renda familiar (20,4%)²⁷. Temos 36,6% das mães de famílias que trabalham.

É relevante observar, portanto, que entre as 101 famílias que têm o casal constituído, apenas 28 mães trabalham, ou seja, 27,7%, enquanto que 18,5% das famílias que compõem o universo de pesquisa (124) têm como chefes famílias a mulher.

²⁷ Dessas, três cuidam das vendas que instalaram num cômodo de seus barracos.

ANEXO IX

TRABALHO DAS MENINAS – FEMININO

TIPOS DE SERVIÇOS PRESTADOS	IDADE	RENDIMENTOS MENSAIS (Cr\$)	HORÁRIO DE TRABALHO
1 - Aulas no Mobral	13-16	800,00 – 2.268,00	à noite – à noite
2 - “babá” na casa do vizinho	14	400,00	de manhã
3 - empregada doméstica	17	1.200,00	o dia todo
	17	1.000,00	o dia todo
	15	1.000,00	o dia todo
	16	900,00	manhã
	14	600,00	o dia todo
	15	1.000,00	o dia todo
4 - cuidar de crianças “dos outros” na sua própria casa	11-12-13	300,00-300,00 900,00	O tempo todo menos de: 11h às 14h – 14h às 17h – 8h às 11h
5 - ajudar na barraca da feira	13	200,00	8 às 13h (domingos)

ANEXO X

TRABALHO DAS MENINOS – MASCULINO

TIPOS DE SERVIÇOS PRESTADOS	IDADE	RENDIMENTOS MENSAIS (Cr\$)	HORÁRIO DE TRABALHO
1 - vender peixes	13-12	480,00-480,00	à tarde – à tarde
2 - vender legumes/verduras	8-13	40,00-120,00	de manhã – de manhã
3 - ajudante de bombeiro	14	400,00	das 7h às 18h
4 - arrancar pedras	10 e 12	não recebem	de manhã (às vezes)
5 - vender laranja e pão	10-11-13-14	Laranja 60,00 (cada uma) + 240,00 (cada uma)	5h manhã às 8h (pão e lar. aos domingos)
6 - ajudante de padaria	16-17-17	400,00- 400,00-1.400,00	3h manhã às 8h (os 2) – 4h às 11h e de 3h às 18h30 toda a semana
7 - vender pão	12	350,00	5h30 às 9h
8 - vender laranja (escondido da saúde pública)	10-12-13 e 10	400,00-400,00-sem rends. (2)	9h às 13h – de manhã – à tarde
9 - cortar grama (pras madame)	14	600,00	o dia todo (fim de semana)
10 - bilheteiro em Discoteca (vende bilhetes p/a entrada)	15	1.000,00	o dia todo
11 - “office boy”	17-14	2.268,00-2.268,00	8h dia
12 - ajuda vender na barraca da feira	13-15	120,00-400,00	9h às 16h (domingo) – o dia todo (sábado e domingo)
13 - ajudante de borracharia	17	1.000,00	o dia todo (não dá o dinheiro para a mãe)
14 - plantar grama	17-16	800,00-800,00	variado – idem
15 - cuidar de jardim	15-13-17-15	600,00-600,00-1.500,00-1.000,00	sábados (e férias) – sábados – o dia todo – de manhã, todos os dias
16 - ajudante de marcenaria	17	não recebe	folga de aula
17 - lavar carro, jardim, etc...	14	800,00	sábado e domingo
18 - fazer faxinas nas casas de família*		sem resposta	férias e quando a mãe consegue arrumar
19 - ajudante de pedreiro	15	200,00	de manhã
20 - levar e trazer “trouxas” de roupas para lavar	12-14	só quando pedem alguma coisa	de manhã e à noite
21 - ajudante de motorista de caminhão	16	para o pai	à tarde
22 - balconista de venda	15	para o pai	depois da aula
23 - limpar quintal, carregar lixo, etc... vizinhança	16	260,00	variado
24 - olhar carro em estacionamento	13	700,00	à noite – 3 vezes x semana

*lavar piscinas, encerar casas, lavar chão, etc...

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, M. Rosilene B.

1972 – A Arte do Outro; em estudo sobre os ourives de Juazeiro do Norte. Pesquisa Antropológica nº 19, Brasília.

ARNS, Paulo E, D. (apres.) et alii

1976 – São Paulo, 1975 – Crescimento e Pobreza. Edições Loyola, São Paulo.

BERGER, Peter I.

1973- A Construção Social da Realidade. Editora Vozes, Petrópolis.

BRITTO, Sulamita de (Org.) et alii

1968 – Sociologia da Juventude I – Da Europa de Marx à América Latina de hoje. Textos Básicos de C. Sociais, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

1968 – Sociologia da Juventude IV – Os Movimentos Juvenis. Textos Básicos de C. Sociais, Zahar Editores, Rio de Janeiro.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto

1976 – Identidade, Etnia e Estrutura Social. Livraria Pioneira Ed., São Paulo.

CAVALCANTI, Clóvis

1978 – Viabilidade do Setor Informal. MEC/Instituto Joaquim Nabuco, Recife.

CHAYANOV, Alexander V.

1974 – La Organización de la Unidad Económica Campesina. Coleccion Teoria e Investigacion em C. Sociales, Ed. Nueva Vision, Buenos Aires.

DURKHEIN, Émile

1968 – Les formes Elementaires de la Vie Religieuse. 5 éme ed. PU, Paris.

1970 – Sociologia e Filosofia. Ed. Forense, Rio de Janeiro

FORTES, Meyer

1974 – O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. Cadernos de Antrop. Nº 6, Ed. UnB, Brasília.

GODELIER, Maurice

Sidata – Racionalidade e Irracionalidade na Economia. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

GRAMSCI, Antonio

1978 – Introdução à Filosofia da Praxis – La. Ed., Edições Antídoto, Lisboa.

KOWARIC, Lúcio

1975 – Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

LINTON, Ralph (Introd.) et alii

1977 – La Família. 4ª. Ed., Editora Península, Barcelona.

MARX, Karl

1973 – El Capital. 1º vol, Fondo de Cultura Económica, México.

MARX, K. e ENGELS, F.

s/data – A Ideologia Alemã. 1º vol. 3ª. ed., Editora Presença/Liv. M, Fontes, Lisboa

MAUSS, Marcel

1974 – Sociologia e Antropologia. 1º Vol., Ed. Pedagógica e Universitária, São-Paulo.

MENDRAS, Henri

1960 – Princípios de Sociologia – Uma iniciação à análise sociológica. Biblioteca de C, Sociais, Zahar Ed., Rio de Janeiro.

MENEZES, Cláudia

1976 – A Mudança. IMACO/INST. Nacional do Livro, Rio de Janeiro.

POULANTZAS, Nicos

1971 – Pouvoir Politique et Classes Sociales. Collection Maspero, Fm/Petite, François Maspero, Paris.

RODRIGUES, José Carlos

1979 – Tabu do Corpo. Ed. Achiamé Ltda, Rio de Janeiro.

SONGER, Paul

1976 – A crise do Milagre. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro.

STAVENHAGEM, Rodolfo

1973 – Estratificação Social e Estrutura de Classes, in: VELHO, PALMEIRA, BERTELLI – Estrutura de Classes e Estratificação Social. Textos Básicos de C. Sociais, Zahar Ed. Rio de Janeiro.

TAYLOR, Kenneth I.

1977- Sistemas da Classificação e a Ciência do Concreto, in: CARDOSO DE OLIVEIRA (dir.) – Anuário Antropológico 76. Ed. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro.

DIVERSOS

s/data – Código de Menores. Ed. Aurora, Rio de Janeiro.

12/03/1978 – O Correio Brasiliense. Brasília.

11/03/1978 – O Estado de São Paulo. São Paulo

1972 – Estudos Sobre Problema de Menores, Anais da XI Semana de Estudos do Problema de Menores. Ind. Gráf. Saraiva, São Paulo.

1977 – Relatório da CPI dos Problemas Referentes ao Menor Carente.

Diversas – Textos Diversos da FUNABEM.